

===== **ACTA DA SESSÃO TEMÁTICA, SUBORDINADA AO TEMA “PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE”, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM DEZASSETE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E OITO:** =====

===== Aos dezassete dias do mês de Março do ano dois mil e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em **Sessão Temática subordinada ao tema “Plano de Urbanização da Cidade”,** a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores: **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, António Alberto Bastos, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Manuel Figueiredo Pereira e António de Jesus Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Narciso da Silva Pinho, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Alberto Vieira Dias. =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** Óscar Fernando Soares de Oliveira. =

===== **Independentes:** Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira. =====

===== **E a ausência do seguinte Membro:** Diamantino Melo de Almeida. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa declarou: =====

===== Boa tarde. Vamos dar início a esta Assembleia Municipal, a razão subjacente a ela já sabem qual é. Que possamos conhecer, possamos discutir o Plano de Urbanização da Cidade. Para isso foi convidada a equipa responsável, liderada pelo Prof. Jorge Carvalho. Eu dava já a palavra ao Senhor Presidente da Câmara só para uma breve introdução e daria de seguida a palavra ao Senhor Prof. Jorge Carvalho e depois cada Grupo Parlamentar tem direito

*a fazer uma intervenção inicial e depois um conjunto de outros Membros da Assembleia Municipal que tenham dúvidas podem também usar da palavra e esclarecer essas mesmas dúvidas. E depois então, tal como o Regimento impõe, caso o Público presente queira usar da palavra ou fazer algum esclarecimento também, dar-lhe a palavra. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

*===== **Tema:** “Plano de Urbanização da Cidade.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto. =====*

*===== Em primeiro lugar queria saudar a todos, cumprimentar todos os presentes, quer Elementos da Equipa Técnica, quer Deputados, quer o Público. Eu vou ser muito sintético. Entendo que é uma apresentação do PU e também uma discussão do mesmo. Claro que não vamos conseguir a discussão final, mas iremos fazer já uma discussão cujo aproveitamento pode ser muito bom para o trabalho que ainda há a fazer. Por isso mesmo, estejam à vontade a fazer as perguntas. Penso que uma discussão pública destas tem sempre a grande vantagem de enriquecer o PU. O PU é um documento de grande importância para o desenvolvimento da nossa cidade, e é isso que todos nós queremos e estamos imbuídos de conseguir um PU com grande qualidade para o desenvolvimento da cidade de Oliveira de Azeméis. Por isso, muito obrigado pela presença de todos e vamos começar a trabalhar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Prof. Jorge Carvalho, Coordenador do “Plano de Urbanização da Cidade”. =====*

*===== Boa tarde a todos. É evidente para nós quando avançamos com um trabalho de fundo, como é necessariamente um plano, é com toda a satisfação que o podemos dar à luz, no sentido de devolvê-lo às pessoas para quem ele serve. Portanto, obviamente que estamos aqui satisfeitos quando temos esta oportunidade de apresentar a uma plateia muito mais alargada e sobretudo quando ela é o Órgão Deliberativo, a Assembleia Municipal. Nós sabemos que o PU é um processo que já tem uma longa história neste Município, mas gostava de dizer que nós, de facto, começamos a trabalhar no PU sistematicamente a partir do início do ano anterior, isto é, foi um Plano que demorou 2007 a fazer. Nós tínhamos falado que o tínhamos pronto no fim do ano, começamos no início do ano e acabamos no fim do ano. Portanto, há um período de tempo que também cumprimos. Anteriormente, no ano anterior, tínhamos estado a trabalhar naquele documento que apresentamos na altura publicamente, que era os objectivos e o modelo de ordenamento do concelho. E devo-vos dizer que isso nos foi muito útil, porque quando pegamos no plano, propriamente dito, já foi no sentido de cumprir os próprios objectivos e o próprio modelo de ordenamento que estávamos a perspectivar à escala municipal. Portanto, isso ajudou-nos a poder fazer um plano mais integrado. Por outro lado, este plano articula-se também com propostas que a Câmara estava a fazer no domínio, enfim, de posicionar perante o QREN, ou seja, é um plano que sendo respeitante à cidade de Oliveira de Azeméis, e a cidade com um perímetro um bocadinho maior do que os planos anteriores, portanto já abrangendo praticamente totalmente Santiago. É um plano que também se integra noutros instrumentos e*

noutras perspectivas mais alargadas. E um plano que cumprindo a Lei, ou seja, sendo um plano, nós dizemos um plano de zonamento, que é um plano que divide o território em zonas e define regras para cada zona, mas sendo isso, como tinha que ser aliás, é um plano que procura estruturar o território, aliás talvez a componente mais forte deste plano é ser um plano de estrutura, isto é, em que os elementos mais importantes, o esqueleto do território, demos-lhe uma especial importância e é um plano também que pensa a sua própria execução, ou seja, não se trata só de meter números e desenhos num papel. Trata-se também de pensar como é que as coisas podem ser executadas e que passa por saber quem as executa e quem as paga e se há ou não dinheiro para isso. Portanto, esta perspectiva toda está introduzida neste plano. Os objectivos então são estes, os objectivos que nos propúnhamos alcançar com este plano. Antes de mais, e isto já vinha exactamente das ideias do Plano Director, pensar Oliveira de Azeméis como parte de um conjunto. Nós temos aqui uma cidade que à escala portuguesa é média, grande dimensão quase, até pus média dimensão se pensarmos que não é só Oliveira de Azeméis, mas é Oliveira, S. João e Feira que está em causa, portanto também Arrifana, e portanto também Cucujães, e portanto também S. Roque. É este conjunto que provavelmente tem um potencial muito grande, sobretudo do ponto de vista económico e é esse conjunto que importa de alguma forma valorizar e apostar nele, ultrapassando os que são os naturais limites administrativos e as naturais rivalidades entre Municípios. Nós pensamos que haverá muito a ganhar se todos os Municípios conseguirem essa interligação. Depois, parece-nos que a própria cidade de Oliveira, e agora já aterrando na cidade, terá que reforçar o que nós dizemos as suas funções centrais, ou seja, o seu papel neste conceito urbano muito mais alargado. Para que a cidade desempenhe esse papel nós entendemos que é importante introduzir o que chamamos uma matriz de ordenamento de território e é aqui que entram os tais elementos estruturantes que podem ser organizadores de todo o território. Estamos a falar de malha viária, de estrutura verde e de centralidade, sobretudo estas, são a forma, o esqueleto a que tudo se referencia. Nós vivemos algures numa habitação, mas quando pensamos na cidade no seu conjunto estamos a pensar essencialmente nos outros elementos que de alguma forma organizam todo o território. A melhoria do nível de serviço de infra-estrutura pública, isso é óbvio e, portanto, num caso concreto como é a cidade e o concelho, desde logo os problemas de água e esgotos ganham aqui um relevo especial, porque não há qualidade de vida sem boa rede de serviços públicos e não há a longo prazo dinâmica económica que não seja suportada também numa razoável qualidade de vida. É obviamente algo que não podia deixar de surgir com força. E, por outro lado, a tal componente que já não é só pensar o que fazer, mas o pensar como fazer, e, portanto, nós de acordo com o que nos tinha sido solicitado desde o início pela Câmara, começamos também a pensar o como fazer e isto passa por adoptar procedimentos municipais. Há procedimentos municipais habituais que provavelmente têm que ser alterados para conseguirmos os meios e as dinâmicas suficientes para alcançar os objectivos a que o próprio plano se propõe. (Apresentação de dispositivos, que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas). Portanto, aquilo é o perímetro da cidade, este perímetro da cidade, essencialmente, é definido pelos dois rios, o UL e Antuã, e lá em cima ainda pelo Cercal, que no fundo separa Santiago da zona já de Cucujães. Portanto, é um perímetro já mais alargado, nós começamos a pensar que esta é a unidade territorial que vale a pena planear. Temos ali só existências com força: a Estrada Nacional; o IC2, a vermelho; e, lá em cima, a Via do Nordeste que marcamos com força e depois deixamos de marcar, dando o sentido que ela tem força até a um determinado sítio e depois não é assim; a mesma coisa para a via de S. Roque, a espreitar lá em cima; a via de baixo que pára aqui no Rainha, na rotunda do Rainha, isto risco vermelho, portanto também aqui alguma falta de continuidade e depois aqueles amarelos representam os grandes centros instalados, o centro da cidade, a zona de equipamentos, começa aqui esta zona de equipamentos

*escolar e desportivo, do outro lado La-Salette e lá em cima o centro de Santiago de Riba-Ul. Portanto, referências que têm força. A cinzento as indústrias com dimensão presentes na cidade. Estes são os elementos desde logo fortes, a partir dos quais temos que construir as alterações suficientes para qualificar a cidade. Nós vamos organizar muito em função dos objectivos a nossa exposição e avanço já, que depois vamos dar um realce especial às propostas de estrutura, as propostas que eu chamei de estrutura do esqueleto da cidade. Portanto, quando falamos na integração da cidade nesta zona mais alargada, ela passa essencialmente por dinâmicas de competitividade económica e isso é algo que em princípio não é desenvolvido neste Plano de Urbanização, mas no Plano Director. Portanto, é algo de que não nos podemos esquecer, que é muito importante, mas que seria tratado então noutra instrumento. Mas há elementos que queremos já introduzir aqui, que tem a ver com a organização da mobilidade. Parece-nos que a cidade apresenta algumas deficiências na relação com exterior: nós entramos na cidade e não temos uma recepção condigna, andamos um pouco por aí a descobrir aonde é que paramos; para sair da cidade, muitas vezes é difícil; a relação da cidade com Cucujães é difícil; a própria relação com o eixo norte/sul que sempre foi o motor de desenvolvimento desta região, hoje não é famoso, podemos ir pelo sul, e pelo sul é razoável mas, enfim, a cidade ainda fica algures, e então pela Feira ainda é mais difícil. Portanto, há relações de mobilidade que hoje se colocam com alguma dificuldade na cidade e, isto já começa a ser proposta, nós pensamos que o que está previsto, que é a construção do novo traçado do IC2, de um novo IC2, é uma oportunidade para a cidade. Não tanto pelo IC2, que o nosso convencimento é que nos vai trazer muito pouco a este concelho, mas pela oportunidade de o ligar à actual A1, à actual auto-estrada. E, portanto, aquele risco vermelho que lá tem em cima, seria uma ligação da actual auto-estrada ao futuro IC2 e esta ligação era uma oportunidade para eu entrar na cidade de uma forma muito mais directa e para eu organizar a partir dela toda uma nova mobilidade. Portanto, não é por acaso, estou a falar daquele risco, que estaria nos limites do Plano de Urbanização e, portanto, ali ao longo do Rio Cercal, que em princípio estamos a tentar, em negociações com as Estradas de Portugal, que se execute e tenha um traçado daquele género. Isto permitia-nos ter por ali novas entradas, e por outro lado, a partir do momento em que fosse construído o IC2, o actual IC2 podia mudar de carácter, ou seja, como sabemos, neste momento os nós são raros, nós temos aqui um nó de entrada na cidade e depois outro lá muito mais a sul. Ora bem, a partir do momento que existisse um nó do IC2 nós podíamos multiplicar os nós, não era banalizar a estrada, era continuar a ser uma via para notícias de fluxo, mas permitia multiplicar as entradas. Portanto, os Senhores reparam que ela pode ter um nó no cruzamento com a nova via, mas depois pode ter mais, onde estão aquelas bolinhas, de facto faz-me muita falta uma coisa para apontar daqui, tem aquelas bolinhas que estão ao longo do IC2 que seriam novas entrada na cidade. E, portanto, aquela via podia-nos começar a facilitar toda a mobilidade, ao actual IC2, mas com todo este novo figurino. Na zona norte, os Senhores vêm um risco, a que nós chamamos o Arco Norte. Este Arco Norte, permitir-nos-ia uma entrada directa na Zona Industrial e depois dar a volta e também fazer a ligação directa a Cucujães. Portanto, a partir deste nó era muito fácil chegar ali àquela zona por baixo do cemitério, temos aquele desnível grande e ela passava ali debaixo do cemitério e, depois mostramos como é que ela podia ser aproveitada relativamente ao próprio centro da cidade, criávamos um nó de entrada fácil em todo este território urbano. Depois, em baixo, aproveitando o nó existente, nós podíamos desviá-lo e levar, portanto, retirar este fluxo de tráfego que vem directo ao centro e depois não sabe muito bem onde se encontrar e desviá-lo para a zona do Gemini, onde no fundo hoje já temos a entrada na cidade, penso que baptizaram agora de “Praça da Cidade”, era assumir aquela recepção e conseguir que quem entrasse na cidade chegasse ali e ali pudesse parar o carro e depois se mobilizasse a pé. E também, no lado sul, ali ao pé da Escravilheira, a*

possibilidade de abrir um novo nó, para que quem viesse do sul entrasse directamente por ali. Portanto, ao multiplicar estas entradas, aproveitando o IC2, nós alterávamos radicalmente a mobilidade actual e acessibilidade à cidade. E isto, estamos a falar da relação da cidade com toda a envolvente e também a relação do envolvente com o interior da cidade. Ora bem, estas vias de que vos falei, estão ali já implementadas com o que nós baptizámos de recepções da cidade, a ideia é que quem venha de fora se relacione com a cidade como um sítio com qualidade, se sinta que está a ser recebido, enfim, como em nossa casa temos o hall que recebe as pessoas, é um pouco o mesmo, e que o conduz à sala. Portanto, é um pouco nesse sentido que nós estávamos a pensar. Ao desviarmos o trânsito para baixo, permitiria depois chegar ao Gemini e permitiria que ao pé da entrada nós criássemos, naquela zona desfazendo aquele nó complicado em cima da entrada inicial, ali também uma zona de recepção de estacionamento que permitia que as pessoas depois viessem a pé. Agora, indo para cima, para o Arco Norte, no tal sítio Arco Norte, onde passava aquela via e que nós temos aquele desnível, a ideia era construir ali um edifício com alguma dimensão, que articulasse estacionamento, que articulasse comércio e elevador. Portanto, a pessoa podia chegar ali, largar o carro, subir através do elevador e estava de nível no centro da cidade, ali ao pé da Câmara. Portanto, era uma entrada que passava a ser muito importante. A outra entrada que está ali, é onde existe hoje o Hospital. Os Senhores reparam que aquele eixo, aquele eixo Centro/Hospital/La-Salette, seria o eixo principal da cidade, se a via não o tivesse cortado e distanciou-nos muito um equipamento fundamental e que mantém um potencial enorme para a cidade, que é o Parque de La-Salette, que está do outro lado e, portanto, era muito importante que aquele eixo se atasse. Por outro lado, também era importante que tendo o Hospital funções regionais, que as pessoas tivessem que andar aqui no centro da cidade para chegar ao Hospital e conseguissem ter uma entrada directa no Hospital, o que também parece ser fácil porque está ali mesmo o nó. Portanto, ali era um sítio onde prevíamos então uma outra entrada, uma entrada com acesso directo ao Hospital, uma entrada onde também se poderia parar e ir depois para a cidade e uma entrada também directa a La-Salette, porque também para chegar a La-Salette, que é uma função que tem uma dimensão absolutamente regional, e, portanto, também seria bom que a entrada tivesse uma outra dignidade, um outro hall como falamos à bocado. Falta apenas falar de uma nova entrada na cidade, que é a própria estação. É verdade que o comboio hoje é o que é, é verdade também que não deixa de ser um potencial sobretudo para norte, a ideia de poder usar como transporte público que tenha alguma dimensão, para sul eu acho difícil defender, para norte, estruturando a tal cidade alargada, poderá ter todo o sentido, e até em função disso podia-se criar ali um inter modal de transportes, portanto tratava-se não só da própria estação de caminho-de-ferro, mas localizar ali também a estação de camionagem e, portanto, podíamos associar as duas coisas numa entrada também importante para a cidade. Para além disso, o que é que nós ainda propúnhamos? Propúnhamos reservar várias áreas, aquelas que surgiram ali a roxo, talvez não sabendo ainda exactamente para quê, seriam reservas para oportunidades que surgissem. Não sei se reparam que neste momento as cidades, cada vez mais, se fala em desenvolvimento estratégico, em competição, em investimentos significativos, etc., que alguns deles podem qualificar as cidades; ora bem, era muito importante reservar áreas, para quando as oportunidades acontecessem nós termos os lugares reservados num quadro de agradabilidade física. Portanto, eles são escolhidos com fácil acesso e como tendo um enquadramento paisagístico interessante, são estas duas características que nos fizeram escolher os sítios. Ora, os sítios que temos, começando por lá mais a norte, esse já não é apenas uma eventualidade é, enfim, diria uma certeza, que corresponde ao Pólo Universitário, estou a falar da Quinta do Comandante e reparam que com a nova via, a partir da via de S. Roque a ligação é directa. Portanto, estávamos a encontrar um tal ponto especial e este já com programa concreto. Vindo

mais para cima, aquela zona ali já mais entre Lações e Outeiro, que é uma grande zona livre, nós achávamos que ela não devia ser utilizada para umas construções quaisquer, mas era outra vez a oportunidade para guardá-la, para que acontecimentos com alguma importância ali acontecessem, eventualmente de natureza empresarial, até por ligação ao Pólo. E, reparem, que ele já está muito próximo do próprio IC2, começam a adivinhar a proposta que vem a seguir. Indo, por exemplo, para poente, nós vemos que a nova via a criar e que poderia ir ao longo de Ul, também aquela está num espaço bastante agradável e ali, na zona de Figueiredo, era reservá-la para que aquilo também pudesse ter alguma função qualquer importante. Eu digo mesmo função qualquer importante, elas podem ser turísticas, elas podem ser económicas, elas podem ser culturais, portanto, guardá-las como reservas, é um bocadinho como a “jóia da coroa”, uns espaços muito bons que nós devíamos guardar para coisas muito especiais, para ser capaz de os atrair. E, por último, naquela zona da Escravilheira, onde também uma entrada nova podia tornar acessível e que também tem um enquadramento paisagístico interessante e que também devia ser guardado para este fim. Eram estas as nossas propostas e nós diríamos então que era através destas propostas, que por um lado são acessos diários, mas por outro lado são recepções, e quando falamos em recepções falamos em espaço público, concentração de comércio e concentração de equipamentos, em funções que possam animar a vida urbana e que podiam ao mesmo tempo organizar a cidade por dentro e projectá-la para o exterior com uma qualidade superior há que hoje tem. Há ali umas funções que eu não falei, quando eu disse qualificação e animação do centro, porque não são propostas propriamente físicas, um Plano de Urbanização é sobretudo um plano físico, mas na tal perspectiva integradora muitas vezes nós entramos por outros caminhos. Portanto, nós estamos ali a dizer que para além destes elementos estruturantes e qualificadores, depois há todo um processo de animação que o deve acompanhar e isto passa pela defesa do conjuntos com valor patrimonial, como é natural e hoje, enfim, isto é um paradigma de toda a cidade, que começa a ser dominante, o que é património deve ser preservado porque as pessoas começam a reconhecer o valor que eles têm. Isto passa por melhorar o espaço público, melhorá-lo como se fez, por exemplo, na pedonização que fizeram do centro, mas uma atitude sistemática de considerar que importante é o espaço público, digamos assim, no que diz respeito à vivência colectiva. Passa por tal força as funções centrais, incluindo mais equipamentos, e passa também pelas actividades de animação, pensar como é que se anima o espaço público, como é que, partindo das dinâmicas sócio-culturais, das actividades dos grupos recreativos numerosos que se tem no concelho, se podem gerar dinâmicas associativas, em função até de políticas culturais que possam animar o espaço público, reforçar. É através dessa animação que nós podemos começar a pensar que talvez os jovens no fim-de-semana não fujam todos para outros concelhos, pró exemplo. Portanto, há dinâmicas de vivência colectiva, de vivência cultural e de lazer, que poderão ser muito associadas a estes espaços que pudessem ser criados. Ora bem, já falamos bastante da rede viária, não vos falei das vias todas, mostrá-las-ei à frente, mas para além da rede viária parecemos também que é muito importante tirar partido do potencial ecológico desta cidade. É muito curioso notar, que mesmo que encontremos, aliás não é só na cidade, é na cidade como no concelho, uma ocupação ao casuística, que diríamos não muito ordenada, mas a verdade é que estrutura ecológica se manteve, talvez porque ela seja muito forte, quer dizer, estes declives fortíssimos e a presença forte das linhas de água, sobretudo essas, faz que de um modo geral elas estejam preservadas, é evidente que tem problemas às vezes na própria água e que têm que ser resolvidos, mas não estão construídas, não estão obstruídas, têm ainda um potencial verde, que nos parece muito importante. Ora bem, como vos disse, o Ul e o Antuã, podem ser o referencial de remate da cidade, e provavelmente que não precisa que se faça muito mais do que não seja, enfim, qualificar do ponto de vista ecológico o seu próprio papel actual, mas depois há

*os afluentes destas linhas de água que penetram na cidade e que muitas vezes a atravessam. Ora bem, a ideia é aproveitar esses, o mais importante de todos será este, o de Lações, que vem desde cá debaixo do Rio Ul até lá cima, é todo uma linha de água, mas há outras lá em cima, a Pereira, etc, há mais, há várias, e a ideia é que estas vias que penetram na cidade sejam aproveitadas para serem estrutura verde ecológica, já não agrícola-florestal, mas de uso público e que sejam acompanhadas de percursos pedonais, etc.. Por exemplo, notamos como em Oliveira de Azeméis há uma tendência crescente para as caminhadas e para esse tipo de desporto, pois bem eram percursos óptimos que se podem criar ao longo das linhas de água, para que as pessoas possam utilizá-las nesse sentido. Portanto, aqueles riscos verdes que de alguma forma penetram na cidade, ali estão as propostas então que fazemos. Para além disso, para além de pensar na cidade como um todo, seria importante também pensar as suas partes, ou seja, não se trata só d de pensar a cidade toda, mas a cidade já abrange pelo menos duas freguesias e até, enfim, entra em pequenos limites de outras. Portanto, é um espaço já com alguma vastidão e para além de pensar a cidade como um todo, interessa também considerar o que nós chamamos de subunidades territoriais, sendo que em cada uma delas era importante aumentar relações de vizinhança, era importante equipá-las, era importante que elas também tivessem os seus centrinhos e fossem estruturadas internamente. Parece-nos que o aumentar este tipo de relações de vizinhança, também elas eventualmente ligadas a processos de animação e de construção de equipamentos locais, poderia ser um caminho também a seguir. Aproveito para parar um bocadinho e a Ana vai-vos dizer as unidades que consideramos na cidade. =====*

*===== A Arqt.º Ana Blanco, Técnica da Câmara Municipal, fez a seguinte intervenção: =*

*===== A primeira unidade territorial, seria a de Santiago de Riba-Ul/ Figueiredo, articulada pela Ribeira do Pereiro, ou seja, a partir de centro actual de Santiago de Riba-Ul, puxá-lo até à Ribeira e articulá-lo com o lado debaixo da linha do comboio. A segunda unidade, será de Outeiro/ Lações, também são duas unidades, são duas zonas, duas ampliações de centro, articuladas por aquela zona especial abaixo da escola de Lações. A terceira, actualmente não é muito visível, é a zona da Abelheira/ Zona Industrial, porque ainda está separada pela Ribeira de Lações, com a execução, ou com a existência da nova via, o Arco Norte, passaria a ser um palco de centralidade, a partir do momento que se entra pelo lado da cidade, a via e o vale passam a ser um elemento de ligação. Depois temos a cidade, que inclui Cidacos, que pela sua dimensão acaba por não ser uma unidade territorial, ele está muito dependente da cidade quer a nível de equipamentos, quer de espaço público. E, por fim, o sul da cidade, que será o Serro, na parte baixa da zona escolar, e Almêu e Escravilheira, que saltando a linha de água, com a linha de água consegue-se estabelecer um conjunto de pequenos centros, porque é uma zona muito vasta e sem equipamentos actualmente. A estrutura viária que acaba por atar todos estes centros. =====*

*===== O Prof. Jorge Carvalho, continuou a sua exposição, com a apresentação de dispositivos: =====*

*===== Aquelas pintinhas azuis são justamente os tais nódulos onde podíamos aqui abrir uma Praça, onde se poderia construir a creche que faz falta, ali o centro de dia que faz falta, ali um pequeno largo. Reparem como é que esses pontos se articulam quase sempre com a rede viária e se articulam com a rede verde. Olhem, por exemplo, ali para a zona da Ribeira de Pereira, onde estamos a atar a parte debaixo de Figueiredo com a parte de cima de Santiago, o verde poderá ser o verde público onde as duas coisas se separam e se encontram e depois o*

*amarelo é o centro actual e era puxá-lo até à linha verde, ali com aquele azulinho e era criar um segundo ponto um bocadinho mais abaixo e era pois pensar também a zona onde está hoje a escola e o outro lado da Igreja e, portanto, estabelecer relações entre os pontos que já existem, isto é, atar muito os equipamentos e os centrinhos onde já há algum comércio, onde as pessoas já se juntam, com os novos e onde aquilo se pode organizar em malha e se pode criar vidências. Por isso, é que eu vos estava a falar de esqueleto de estrutura, pensar não tanto em cada operação, mas pensar exactamente como é que isto tudo se articula. Para além disso, nós ainda temos uma opção, aquele ponto 4.3 – Operações urbanísticas dependentes da criação e/ ou melhoria de arruamentos, espaço público e infra-estruturas em geral. Ora bem, aí começa-se a fazer a ligação da qualidade com a prática urbanística. Nós verificamos muitas vezes que avançam construções sem ainda existirem infra-estruturas e que às vezes existem infra-estruturas e estão lá os terrenos vazios sem construções. Ora, esta incoerência é evidente que é inimiga da qualidade. Portanto, a ideia que estamos a ter é que as operações, ou seja, o que nos interessa não é que se construa um aqui, outro acolá, outro acolá, que muitas vezes existem, é que as coisas se construam com alguma continuidade e interessa-nos que esta continuidade se relacione com um espaço público com qualidade. E, por outro lado, o que é que nós chamamos coerência morfotipológica? Cada vez mais o conceito de agradabilidade, de beleza, de harmonia, ou que lhe queiram chamar, está ligado a uma coisa a que chamamos de identidade. Pode haver uma zona bonita da cidade de vivendas e pode haver uma zona bonita da cidade de prédios em banda ou até de prédios altos, assim o espaço público seja suficiente e assim não tenha tudo misturado, porque senão é uma miscelânea e essa miscelânea não é agradável. Ora, é isso que nós estamos a falar com a coerência morfotipológica, nós deveríamos querer que as operações urbanísticas vizinhas obedecessem ao mesmo padrão, sobretudo aonde isso é possível, porque às vezes há um sítio ou outro em que a miscelânea já lá está de tal maneira que não é possível fazer mais nada, mas em muitos sítios isso é possível. E, portanto, querer que haja continuidade, que os espaços vazios se preencham, se referenciassem ao espaço público e tenham coerência interna, sejam ocupações similares dentro de si, na convicção de que é isso que nos traz a harmonia. Relativamente à infra-estrutura pública, eu pouco mais tenho para vos dizer. Portanto, à cabeça, necessidade de resolver o que ainda não está resolvido relativamente a água e então sobretudo relativamente aos esgotos e, portanto, isto a implicar investimentos enormes e desse ponto de vista nós, no fundo, a única coisa que fizemos foi agarrarmo-nos à própria dinâmica municipal, que aponta por sistemas intermunicipais, etc., falaremos disso outra vez à frente, mas o sublinhar da importância de que essas redes sejam de facto construídas. Depois ao nível da rede de equipamentos também já vos disse um bocado, nós não encontramos muitas carências de equipamentos, por exemplo, escolares ou desportivos, evidentemente que há sempre melhorias que se podem fazer, é evidente que a Carta Escolar tem ambições de reformular algumas escolas, etc., e, enfim, até relocalizar algumas, mas onde nós encontramos, de facto, carência é no domínio social, sobretudo creches e centros de apoio à 3.ª idade que são pouquíssimos e reparem que no futuro a população vai ser muito envelhecida, portanto inevitavelmente vai ser um domínio aonde a carência se vai acentuar muito grande, portanto, aí sim encontramos carências maiores do que nos outros campos, mas de modo geral não foi uma área onde se possa dizer, aliás também esta terceira idade devo-vos dizer que não é uma carência forte exclusiva de Oliveira, eu diria que é do País todo, mas também é de Oliveira e é um domínio onde fazemos propostas mais pormenorizadas. Relativamente aos espaços públicos, já os falei, portanto podemos continuar. Eu até agora tenho-vos mostrado esquemas, isto tem sido muito esquema para passar a mensagem. É evidente que depois, se virem aquela planta que conhecem, aí já há todo um pormenor. Portanto, a planta com pormenor é já esta e às vezes nem reparem tão bem aqueles elementos de estrutura que eu vos fui mostrando, mas*

eles estão lá todos, os tais centrinhos, as tais vias, os tais verdes, estão ali todos e, portanto, há ali uma relação, é a mesma coisa, só que uma está esquematizada e outra está no seu pormenor. Agora, entrando no “Como executar”? Nós, antes de mais, é aqui que também propomos mudanças muito significativas relativamente à prática municipal, aliás prática municipal que é em Oliveira como é noutros sítios. A primeira, é o que chamamos de adopção de regras perequativas. Isto é aliás uma imposição legal, os planos estão obrigados a adoptar regras perequativas. E o que é que é isso? No fundo, eu à frente vou pormenorizar porque como é um assunto novo acho que os Senhores Deputados talvez estejam interessados em ouvir isso em pormenor, mas dizendo-vos só numa primeira palavra é dizer-vos assim: é encontrar forma da distribuição dos benefícios que a cidade traz e benefício é a possibilidade construtiva, como todos sabemos o terreno valoriza-se em função de quanto se pode construir. Portanto, é fazer com que a possibilidade construtiva seja distribuída de forma equitativa entre os proprietários e que os encargos com as infra-estruturas não recaiam em cima dos dinheiros públicos que depois são sempre insuficientes, mas também sejam repartidas de forma proporcional e justa entre os promotores. Estes são os dois objectivos, depois falaremos à frente em concreto como é que estamos a propor então a adopção desses mecanismos perequativos. Para além disso, eu diria que talvez seja a regra mais importante de todas em termos de alteração da prática actual, é de que ao Município não cabe apenas de dizer que sim, ou que não, às várias iniciativas, cabe-lhe programar o que é que vai acontecer. Programar e conseguir que o programa se concretize. Vocês reparem, eu tenho um plano muito alargado e agora tudo depende da vontade de cada um, este lembra-se de fazer, aquele lembra-se de fazer e aquele lembra-se de fazer, mas os vizinhos não fazem e eu começo a ter tudo desconjuntado, que é o que de facto tendo a ter. Ora, a ideia é que ao Município, aliás também é uma imposição da Lei, é que ao Município cabe programar o que é que vai acontecer. E ao programar tem de encontrar os mecanismos para conseguir que isso de facto aconteça e isso de facto é uma novidade e um desafio, tanto para esta Câmara como para as outras, é a mesma Lei que de alguma forma nos coloca estes desafios, mas devo-vos dizer que é uma necessidade, porque senão andávamos para aqui a fazer planos que às tantas só aborrecem as pessoas e depois não nos serve para garantir uma ocupação, de facto, ordenada. A ocupação ordenada pressupõe agora é para fazer isto, então vamos fazer isto, fazer a eito. Para fazer a eito, toda a gente sabe que hoje é impossível fazer isso com dinheiros públicos, o Estado e os Municípios têm a capacidade que têm. Ora bem, o que a Lei aponta como caminho? As parcerias, as parcerias entre proprietários, entre proprietários, promotores e o próprio Município. Portanto, o caminho é programar e organizar parcerias e isto é um desafio que a ser concretizado altera muito significativamente a prática urbanística municipal, como sabemos. E a partir do momento que tenhamos uma programação e a concretização de operações através de parcerias, é possível começar a ser um bocadinho mais exigente no licenciamento, caso a caso, começar a dizer que para haver licenciamento então primeiro temos que ter espaço público, “cuidado que você tem que se associar com o vizinho, se não como é que você precisa, fazia este bocado de via e sozinho não consegue, articulem-se lá os dois”. Portanto, poderia progressivamente haver um licenciamento mais exigente à medida que o mercado ia sendo preenchido com as ofertas decorrentes dessa programação e dessas operações feitas em parceria. Portanto, aqui como vêem são alterações muito significativas, que não pensem que vão ficar em abstracto, porque depois propomos em concreto como fazer. Antes disso, falando um bocadinho na perequação. Até agora, o que é que nós tínhamos nos planos? O Plano dividia o território em zonas e depois definia para zona uma possibilidade construtiva, aqui constrói-se o índice 0.5, ali constrói-se o índice 0.9, ali constrói-se o índice 1.2 e ali é para escola, ou seja, para o proprietário constrói zero. Portanto, o que nós tínhamos era planos que tratavam às vezes propriedades iguaizinhas, em termos da sua aptidão construtiva, não é por

acaso que se pomos lá a escola é porque aquilo tem aptidão construtiva, porque ninguém vai propor uma escola a não ser por mau censo, um terreno que não tenha aptidão construtiva, mas a escola em algum sítio tem de ser, em algum lado temos de propor a escola. Portanto, terrenos que à partida tinham as mesmas aptidões, os planos tratavam-nos de forma muito desigual e que tinham que tratar de forma desigual, porque em algum lado a gente tem de pôr a escola, eu não posso ter um bochecho, passo a expressão, em qualquer terreno. Ora bem, é aqui que a Lei exige, reconhecendo que os planos têm de fazer esta diferenciação, que se criem mecanismos perequativos. Porquê? Para compensar essa desigualdade que o próprio plano cria. E, então, é aqui que nós temos na mesma os índices antigos, aqueles índices que eu chamei regras urbanísticas, zonas, eu dividido o território por zona e tenho isso por zona, isso continua a existir, mas por outro lado tenho uma coisa que se chama índice médio. E o que é o índice médio? É o resultante da gente somar tudo. Quanto é que se pode construir nesta zona? Então agora vamos dividir pelas propriedades todas. Quanto é que dá a cada um? Isto não há aqui nenhuma discricionalidade, são puras contas. Fizemos as contas todas e chegamos à conclusão que em média, nas propriedades, se pode construir 0.45. E acrescentamos depois, então agora quando é que as pessoas podem construir? O que dizemos é que independentemente do que o plano diga para a propriedade dele, todos têm direito a 0.45, ou seja, cada um deixa de ter direito a construir o que o plano diz que pode fazer, não, todos têm o mesmo direito independentemente do que o plano diz. Isto é que é a regra perequativa que concebemos e aliás decorre da Lei, é copiar um dos mecanismos que a Lei sugere. E então cada um tem direito a construir 0.45, está bem, mas por acaso nesta propriedade até se pode construir muito mais. Então como é que se faz? O que diz ali é que se naquele terreno se poder fazer mais, então ele só constrói 0.45 e entrega o resto à Câmara. E então naquele onde é a escola? A Câmara passa a estar em condições, com o terreno que recebeu daquelas pessoas que lhe cederam porque tinham no seu terreno possibilidade a mais, de entregar àquele que não pode fazer nada. Pronto, e assim se faz a perequação, em linhas redondas é isto. Depois é evidente que há um terreno pequenino, um 0.45 pode-se não aplicar exactamente porque aqui só cabe um edifício e o edifício tem de ser equilibrado e depois há pormenores a transformar isto viável, porque senão de repente este esquematismo total poderia tornar alguns processos inviáveis, portanto há alguns pormenores que estão escritos claramente no regulamento e que se podem analisar em pormenor, mas a regra básica é esta e só esta. Mais uma outra que ainda também vos queria dizer, os índices médios, eu disse 0.45, mas depois vêm 0.75 e 0.15. Ora bem, o que a Lei nos obriga, aliás eu diria a própria Constituição, é que qualquer acto da Administração Pública e, portanto, também os planos, tratem igual aquilo que é igual, a administração não está obrigada, pelo contrário, o próprio conceito de igualdade implica que o que é diferente tem de ser tratado de forma diferente. E é por isso que aparece ali não um índice, mas três índices. E, portanto, diríamos que de modo geral para quase toda a cidade é 0.45, mas para o centro da cidade, onde as infra-estruturas já estão feitas, onde a expectativa é mais que antiga e onde que já tem só alguns preenchimentos, então aí o índice aumenta para 0.75. Porquê? Porque essa realidade já é diferente, não é o plano que a está a alterar, é diferente, é outra situação. E onde é que se aplica o 0.15? Exactamente naquelas zonas verdes que entram pela cidade dentro e que não têm aptidão construtiva. Portanto, ali não se pode construir, não é o plano que está a dizer que não se pode construir, são as próprias características do terreno que estão a impedir que se construa. Rigorosamente dizia, então quanto é que se pode construir ali? Zero, mas não tem sentido dizer zero, porque inclusivamente interessa que aquelas áreas também entrem no processo, transformem-se isso em zonas verdes públicas, porque elas não servem para construção mas servem para jardim, mas à partida valem menos do que as outras, quanto menos nós considerarmos que valiam um terço das outras, daí o 0.15. Mas, isto está na planta

*exactamente e, portanto, não tenho nenhuma hipótese de discricionariedade. O que estas regras introduzem de novo também, é que tudo fica clarinho como água para toda a gente. As regras são aquelas, estão claras, as pessoas sabem a que têm direito e através destes direitos iguais pode-se fazer perequação. Reparem também que estes direitos iguais são a primeira peça para que as parcerias possam acontecer, porque se sentam à mesa alguns parceiros que se não tiveram direitos iguais à partida, como é que alguma vez eles se conseguem entender entre eles? Portanto, ao contrário, se o plano estabelece claramente os direitos de cada um, então eles podem-se sentar com segurança à mesa e fazerem os seus negócios com toda a segurança. Portanto, isto permite também que a tal parceria aconteça. Eu falei-vos que a perequação tinha duas componentes: a de distribuir de forma equitativa os benefícios, ou seja, a possibilidade construtiva; mas também os encargos. E, portanto, há aqui também um pressuposto que também implica alterar a prática deste Município, que é assumir que a infra-estrutura tem que ser paga por quem tem as vantagens respectivas, porque se pensarmos que continuam, cada um que tem o seu terreno, a ficar com a renda fundiária toda, isto é, com todo o valor da propriedade e depois é o Município que tem que fazer as infra-estruturas, então o Município não tem dinheiro para fazer as infra-estruturas e não vale a pena pensar que elas vão acontecer, porque não vão acontecer. Ora bem, o valor dos terrenos é suficiente para as pessoas, mantendo lucros muito razoáveis, possam suportar a sua parte das infra-estruturas e só a sua parte, e para isso também tem que haver um encargo padrão para todos assumirem aquele encargo. Este encargo traduz-se em quê? Em cedência de terrenos e em obras, nós para termos as infra-estruturas temos que ter terreno e precisamos depois de ter as obras feitas no terreno. Relativamente ao terreno a ceder, nós dizemos que para infra-estrutura do local é o necessário, enfim, porque o desenho pode ser mais assim ou assado e pode variar de sítio para sítio e que para infra-estrutura geral, o que é infra-estrutura geral? Aquela que não tem construção adjacente, para a escola, para o parque, para a via de movimento maior, essas porque as outras infra-estruturas servem os próprios. Agora, a cedência de terreno para a escola tem que de ser contabilizada. E mais uma vez fizemos contas, dividimos todos os terrenos para infra-estrutura geral que um plano tem, por toda a possibilidade construtiva do plano, a que já existe mais a que se propõe, e chegamos a um número exacto de  $0.5m^2$  de terreno por  $m^2$  de área bruta de construção. Portanto, há uma obrigação de uma cedência de  $0.5m^2$  de terreno para infra-estrutura geral por  $m^2$  de construção que seja autorizado. Este número aliás não é muito diferente do que já estava praticado na Câmara, do que já vem de uma velha portaria que está para o País todo. Portanto, este número só confirma contas já feitas noutros contextos, aqui não há mudança nenhuma significativa. E o que se diz é “a pessoa tem a obrigação de ceder isso”, mas mais uma vez uns vão ceder porque ali é a escola, mas outros não vão ceder porque ali não há nenhum terreno para infra-estrutura geral. Então, como é que se faz? Os que cederem a mais têm que ser compensados do que estão a conceder a mais, receber o valor do que estão a receber a mais; os que cederem a menos têm de pagar para compensar os que cederam a mais. Isto também não é muito diferente do que já está instalado. A única diferença é que quem cede a mais é compensado, porque quem concede a menos tem que pagar até ao que já instalado, portanto desse ponto de vista não é também uma diferença muito significativa. Relativamente às obras e às taxas é que há uma diferença. Nós estávamos a assumir que deve ser fixado um encargo padrão para toda a gente, portanto o encargo com as obras de urbanização deve ser igual para toda a gente. Quem fizer as obras de urbanização, e se gastar o dinheiro que tem a obrigação de gastar nas obras de urbanização, ficava isento de taxa, porque agora é injusto, há uns que fazem obras e outros que não fazem obras nenhuma e todos pagam taxa, ora assim é desigual. Portanto, a ideia é quem pagar aquele valor que tem a pagar em obras já não paga taxas. Então, e quem não faz obras nenhuma, porque está à pendura que o vizinho já fez as obras todas? Então, esse paga em taxas*

*o que o outro pagou em obras e se todos pagarem o dinheiro passa a ser suficiente, tem é que ser distribuído por todos de forma igual. Pronto, isto é o que nós chamamos a perequação dos encargos. Continuando, eu tenho a noção que estou a passar muita informação de uma vez, mas estamos disponíveis para em qualquer outra situação começar a esclarecer mais em pormenor. Entremos agora na programação do Plano. Há um ror de propostas que fizemos, agora a questão é como é que tudo isto se faz. O conjunto das obras todas implica um investimento municipal, mas cuidado, quanto é um investimento municipal? Um investimento municipal não é a totalidade das obras, porque aí lá está o pressuposto de quem as paga. A nossa ideia era de que grande investimento de água e esgotos, porque realmente era uma coisa que se tivesse que ser o dinheiro público a pagá-las, enfim, o Município ficaria asfixiado sem possibilidade de coisa mais nenhuma, face à situação que temos hoje. Portanto, a aposta do Município a que nos colamos, que nos parece a lógica e a boa na situação actual, é que de que de alguma forma isto seja resolvido através do investimento intermunicipal, de uma entidade supermunicipal, e que, portanto, depois evidentemente alguém tem que pagar, não é, e isso terá que ser repercutido ao nível das tarifas pagas por cada um. Segundo pressuposto, as urbanizações locais, aquelas que servem directamente os edifícios que vão sendo feitos, cada um tem que pagar as suas. Então, o Município o que teria que pagar seria no fundo a infra-estrutura geral, as vias sem construção adjacente, as zonas verdes públicas e uma parte dos equipamentos, porque a outra parte dos equipamentos também podem ser os agentes, como aliás acontece hoje, a financiá-los. A ideia também é que quando haja parcerias e que um dos parceiros seja o Município, o Município assumira na parceria uma posição igualzinha aos outros. Se meter lá terreno, se meter lá dinheiro ou se meter lá valor, se mete lá 20% do investimento total, tem que receber 20% dos lotes, isto é o próprio Município assumir-se como um agente como qualquer outro, com os mesmos direitos e com os mesmos deveres, para mais uma vez conseguir que estas operações se paguem a si próprias. É a ideia, é evidente que pode haver uma operação dessas, que exactamente porque tem o jardim grande, aí não, o Município tem que pagar a construção do jardim, porque isso já é competência sua. Portanto, estes são os pressupostos que partimos para fazer contas. Portanto, há uma diferença entre o custo total das propostas e o custo total do investimento municipal. Mas, para além desta questão de saber quem paga, há uma outra: nós fazemos propostas para uma cidade total bem maior da que vai acontecer no horizonte do plano e mesmo que se projectou até 2020, porque enfim é natural que um Plano vá para além da sua própria vigência. Não vos disse há bocado, mas posso-vos dizer agora, que é o seguinte: naquele Plano, o Plano de Urbanização, cabem dezasseis mil fogos, estou só a falar do alojamento, não estou a falar das indústrias e dos equipamentos, etc., só alojamentos, cabem dezasseis mil fogos. Nós hoje temos sete mil, nós fizemos estimativas, são estimativas mas previmos que em 2020 existam nesta cidade nove mil fogos e mesmo assim o Plano prevê para dezasseis mil, até prevê um excesso na nossa opinião, porque reparem em princípio vão-se construir dois mil, nove mil menos sete mil, e nós temos de sete mil para dezanove mil nove mil, ou seja, só são construídos dois mil e cabem lá nove mil. É evidente que nós não queríamos pôr isto à justa porque senão o preço dos terrenos seria enorme, portanto, tínhamos que jogar com folga, mas se calhar talvez a folga seja um pouquinho excessiva. Mas como no fundo nós só estamos essencialmente a prever construção entre os espaços intercalares, e que já são muitos, estamos não a desorganizar nada. Mas o que eu vos estou a chamar a atenção, é que no horizonte do Plano tudo o que lá está previsto não vai acontecer, só vai acontecer uma parte. Portanto, nós não precisamos de dinheiro para concretizar aquilo tudo e é daí que nós saltamos para o que chamamos intervenções estratégicas e prioritárias, ou seja, há um conjunto de intervenções, que essas sim importa que aconteçam, não são todas, e também para essas intervenções estratégicas e prioritárias nós fomos calcular o investimento municipal que era*

preciso. Tudo isto, evidentemente foi depois confrontado com a capacidade de investimento municipal e em função disse apresentamos uma programação e eu vou-vos mostrar um pouco mais em pormenor isso. Isto é só para exemplificar o que temos ali, são todas as vias que propusemos no Plano, na esquerda, e depois cada uma delas tem uma letrinha e salta para o quadro da direita, que eu obviamente não vou mostrar em pormenor, mas uma por uma nós dizemos é esta via, quantos metros é que ela tem, quanto é que custa a obra, quanto é que custa o terreno, qual é desta obra que em princípio que esperamos que tenha que ser o pagamento municipal, porque umas vezes é mais, outras vezes é menos, consoante a obra, por exemplo, se é uma via sem construção adjacente em princípio é a Câmara que a paga, se uma via que parte a uma parte a outra, também pode haver outros a participar, se é uma via que tem lá construção de todos os lados, em princípio quem as devem pagar são os proprietários, os promotores que fizeram a urbanização. Portanto, em função de cada via nós vimos quem é que devia pagar, fizemos as contas e chegamos a um valor. Isto fez-se para a rede viária, para as zonas verdes, para os equipamentos e por aí fora, e fomos sempre sabendo os custos e, portanto, tudo isto custava qualquer coisa como € 80.000.000,00 (oitenta milhões de euros), mas a parte que devia ser do Município eram € 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de euros), os outros não devia ser o Município a pagá-las. Portanto, para cumprir o Plano todo eram precisos € 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de euros) de acordo com as nossas perspectivas. Depois fomos ver a capacidade de investimento do Município, que é o quadro que está em baixo. Partimos da evolução das receitas e aceitamos o estudo que já existia, feito por um gabinete da Câmara que projectava para ao futuro as receitas e no pressuposto um bocadinho simples de que em princípio as receitas vão ser iguais às que foram nos últimos anos, as receitas correntes, e depois somamos-lhe onze vírgula não sei quê milhões de euros por quadriénio, tudo isto sempre foi feito por quadriénio porque há os círculos eleitorais e portanto convém mais em pensar em quatro anos do que ano a ano, é um número mais rigoroso, e, portanto, verificamos quanto é que nos últimos anos, no último quadriénio, ocorreram de fundos estruturais e pensamos que se podia manter o mesmo nível e portanto a partir daqui somamos e pensamos que o Município podia ter aquelas receitas (quadro que está em cima). Destas receitas uma parte é para despesas de investimento, e também ali seguimos a projecção que já estava feita pelos serviços municipais e depois, entre as despesas de investimento, fomos ver no passado que percentagem é que era gasta em investimentos do tipo do Plano de Urbanização, porque o Plano de Urbanização evidentemente faz um conjunto de propostas, mas a actividade municipal vai para além do Plano de Urbanização, para já porque é para o concelho todo e depois tem outras actividades que não sejam só estas, por exemplo as de animação de não estão aqui contabilizadas. E então aqui pensamos, reparem a percentagem debaixo, foi 22% gasto no Plano de Urbanização, depois passou a 29%, 30%, nós pensamos que ela agora vai baixar outra vez, porque à medida se vão fazendo mais obras, começam a aumentar as obras de conservação, os gastos em conservação, portanto, partimos da hipótese que elas até iriam diminuir essa percentagem. Usamos métodos de muita cautela, assumimos a dificuldade financeira actual da Câmara e se olharem para o segundo número vêem como é que a capacidade de investimento municipal está em baixo neste momento e só a longo prazo é que tenderá a recuperar, portanto partimos dessa realidade, e chegamos à conclusão que o Município neste tempo terá € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros), ou à volta disso, para poder investir no Plano. Todo o Plano precisava de € 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de euros) mas nós só temos € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros), e então começamos a fazer conta ao que nós consideramos quais são as intervenções que são mesmo precisas para que o Plano se cumpra e começamos a fazer uma por uma. Encontramos um conjunto, eu agora não vos vou apresentá-las todas, porque elas estão todas descritas no vosso

*relatório e podem ver uma por uma, mas o que vos antecipo já é que realizá-las todas custaria uma coisa, agora não me lembro o número de cor, mas acho que na ordem dos € 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de euros).* =====

===== *A Arqt.<sup>a</sup> Ana Blanco continuou a exposição, para explicar em pormenor as intervenções que são precisas para que o Plano se cumpra.* =====

===== *A primeira, é a rede de água e esgotos, não vale a pena, porque é por todo o lado. Variante ER 327, que era aquela via do norte que liga a AI ao IC2; o eixo de ligação de Santiago à Variante da ER327, que é a ligação do centro de Santiago a essa nova via; o Atravessamento Norte de Santiago, que no fundo decorre de uma série de loteamentos que já existe; zona especial um - o Pólo Universitário; ligação de Santiago à parte baixa de Figueiredo, que actualmente se faz com alguma dificuldade; o eixo verde de Santiago, que é a subida desse centro até ao início da Zona Industrial; a ligação do IC2 a S. Roque e ao Pólo Universitário; a zona especial dois, a tal referida logo no início; o Centro Educativo de Lações, que é já um projecto em curso; a ligação do IC2 à Via do Nordeste, ou seja, pegar na ponta solta da Via do Nordeste, que fugiu logo no primeiro desenho; a Entrada Norte da Cidade, como já se falou logo no início; o Parque da Abelheira, que é a ligação da entrada norte da cidade à parte sul de Figueiredo, no fundo o início da via que faz a ligação a Cucujães; numa segunda fase, outra vez o Parque da Abelheira; a ampliação do Cemitério; o Centro Local no Calvário, eu estou só a identificar de Norte para Sul, sem saber de cor qual será o primeiro nível, qual será o segundo ou o terceiro, portanto, só para explicar as vermelhas seriam de primeiro; as azuis segundo e as verdes terceiro; o Intermodal de Transportes; a ligação Largo Camões, ou seja, ali da rotunda do Rainha à tal zona do elevador e entrada norte da cidade; os Paços do Concelho; um Centro de Dia no centro da cidade, decorrente da falta de equipamento social; entrada do Hospital em La-Salette, que incorpore uma ligação pedonal do Hospital ao Centro da Cidade; a qualificação do Parque de La-Salette; a qualificação da Zona Desportiva com uma ligação pedonal ao centro da cidade; Entrada Nascente, a partir do nó de Vale de Cambra até à zona da Quinta da Cachana; a segunda fase, que é a ligação da Quinta à Avenida D. Maria; a articulação viária do Centro Local do Cerro, ou seja, estamos a falar da ligação depois à velha estrada 224, resultado dos trabalhos sobre a linha de caminho-de-ferro; os Centros Locais de Almêu e Escravilheira, que falei nas unidades territoriais e Entrada Sul da Cidade. E o total, de facto, seria os € 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de euros).* =====

===== *O Prof. Jorge Carvalho continuou a exposição:* =====

===== *Portanto, não vamos entrar no pormenor de cada uma aqui, porque era impossível. A única coisa que vos queria dizer é que quase todas elas são propostas integradas, ou seja, não estamos a dizer de fazer a via tal, estamos a dizer há ali uma zona da cidade na qual devemos intervir, esta zona precisa de uma zona verde, preciso de uns equipamentos, deve ser urbanizada e precisa de uma via. Reparem que isto vai ao encontro do que já tínhamos dito antes, nós não temos que pensar em operações isoladas. Eu abro uma via, aquilo é para construção e agora não se constrói ali que tempos, fica à boa vida, fica ao desperdício? Não é assim que eu faço boa a cidade. A cidade pressupõe que aquilo é um conjunto que deve ser pensado como todo e concretizado por um todo. Por um lado, para eu viver melhor; mas, por outro lado, por questões financeiras. É preciso que aconteça aquilo que paga muito do investimento que tem de ser feito, para os equilibrar das duas coisas. Portanto, há aqui questões de equilíbrio económico-financeiro, que são tão importantes como as questões de equilíbrio*

urbanístico, senão não se concretizam. Depois cada uma destas intervenções tem quase tudo isto e depois demos-lhe prioridades como referência, reparem que nós assumimos no regulamento que o Município pode e deve ir pensando as suas próprias prioridades, não é a ideia de que o Município fique agora emparedado nesta opção, isto é apenas uma primeira orientação, uma primeira visão, mas ela pode e deve ir sendo corrigida. De repente uma iniciativa que hoje não se considerou prioritária, em função de dinâmicas que aconteceram, pode perfeitamente amanhã passar a sê-lo. Portanto, isto tudo deve ser considerado com esta maneabilidade, o planeamento tem que ser flexível, articulado com a dinâmica dos agentes e etc., não pode ser uma coisa absolutamente rígida e estática, mas é um exercício ao mesmo tempo orientador e ao mesmo tempo que mostra a viabilidade que o plano se concretize. Portanto, o que nós agora vos vamos mostrar são apenas algumas das intervenções, praticamente aquelas que consideramos de primeira prioridade e que têm expressão na planta, quase só essas, para perceberem, de alguma forma ajudamos a ler o próprio relatório que têm na mão, ajudar-vos a ler esse relatório e mostrar-vos algumas das mais importantes. Portanto, estão localizados, temos ali o IC2, uma intervenção muito importante é tal ligação da Estrada Nacional actual ao futuro IC2, que vos falei ao princípio. Obviamente que esta é uma intervenção em que o financiamento tem que ser garantido pelas Estradas de Portugal, não é investimento municipal, o que o Município tem é que pressionar, e muito, porque é uma obra importantíssima, para que ela venha a acontecer. Uma primeira seria esta. Portanto, estas são as vias que já existem, vias com capacidade, a vermelho, ali é o Rainha, depois quando desce e lá em cima aquele troço de obras que a Câmara está a fazer recentemente, ali com capacidade que não se liga ainda. Agora, primeira ideia, ligar esta via ao IC2 actual e esta vamos deter, porque se devesse sublinhar uma intervenção, eu diria que esta é a mais importante de todas, porque conseguíamos: primeiro, criar acessos directos à zona industrial, sem andar com dificuldades de acesso; segundo, incluiria ali próximo daquele verde, aquilo a que chamamos uma recepção à zona industrial, ou seja, um sítio onde os próprios empresários pudessem construir os seus elementos de referência para se afirmarem perante o exterior (equipamentos, zonas verdes, comércio, apoios tecnológicos, o que entenderem como necessário...), ser a montra da própria zona industrial; depois, chegando cá abaixo, a tal zona recepção da cidade, a tal zona que teria o tal elevador, sendo comercial, que nos traria cá acima. Portanto, eu com uma palhetada estabelecia relações muito fortes entre a cidade e a zona industrial, fazia a relação com o IC2, criava a recepção da zona industrial e criava uma nova entrada na cidade. Esta é uma intervenção que nos parece extremamente importante. O Pólo Universitário, é algo que está definido, espera-se que haja fundos estruturais para ele, enfim, não há que dizer muito mais, tem a localização, não entremos em pormenor de desenho, reafirmá-lo como investimento importante, relativamente ao qual, sobretudo, a intervenção municipal é a aquisição de terreno, que ainda é mais um bocado de terreno que teria de adquirir de acordo com o protocolo que tem com a própria Universidade. Depois, reparem, ligar os dois. Portanto, se já tivéssemos o nó no IC2, temos o Pólo lá em cima e agora trata-se de ligar os dois e começamos a ter ligações directas entre o pólo e a cidade e entre o pólo, a zona industrial e a cidade, reparem quando eu vos falei de estrutura. Portanto, esta ligação, quando temos a ligação pensa-se sempre quando há construção adjacente faz-se construção adjacente, até para ajudar a pagar. E o que estamos também a propor ali é que eventualmente o actual campo de futebol, aqui do clube, se desloque para lá. Porquê? Porque precisávamos daquele terreno para criar outra recepção ao Hospital e esta era uma zona boa de acessibilidade, o campo também ficava muito bem localizado, e ia-nos servir uma relação entre a actividade empresarial e a cidade, portanto a localização era boa, também tinha relações boas com o exterior através do IC2 e ao mesmo tempo libertava-nos o outro terreno para depois, numa fase seguinte, podermos pensar nessa entrada. Enfim, esta via que foi feita antes

do Rainha, já foram feitas aquelas vias lá em baixo, portanto, no fundo, é estabelecer a ligação entre elas, criar ali uma praça e depois estabelecer a ligação, no fundo para que tudo se vá articulando. A entrada nascente da cidade, é aquela que falamos à bocado, partindo do nó actual estabelecer a ligação à cidade para aquele lado e depois até ao Gemini e, portanto, conseguimos ter a estrutura pelo sul também a entrar, para o trânsito não entrar directamente no centro da cidade. Agora já poderíamos começar a pensar numa fase destas, da ligação exactamente ao pé do Hospital, do acesso ao Hospital, da ligação Centro da Cidade/ La-Salette. E, por último, isto seria mesmo do Centro da Cidade/ La-Salette, eu pô-la ali porque é muito importante, mas para nós é uma segunda prioridade. E porquê a segunda prioridade? Porque pressupõe primeiro que as outras coisas sejam feitas e uma coisa é conseguir que as Estradas de Portugal nos deixem abrir um nó e outra coisa é que nos deixem abrir vários e só quando o IC2 estiver feito é que isso é razoável pensar, antes disso não. Portanto, pela questão do IC2 e pela questão de libertar o campo, nós diríamos que ali aquela entrada era muito importante, era para ser para já se fosse viável, mas não é viável, portanto remetemo-lo para uma prioridade posterior porque ela neste momento não é exequível. E a outra via que dava a volta e que iria ter a Cucujães, é certo que é uma via muito importante, mas que nós francamente pensamos que não é uma prioridade para agora, é uma coisa para ficar, mas neste momento há muito mais que centrar no IC2 actual, mas será muito importante para um dia aquela ligação se fazer e, portanto, é um exemplo de uma que remetemos para terceira prioridade. Mas reparem, um exemplo, imaginem que aparece um empreendimento económico, turístico ou cultural muito importante, de dimensão regional ou nacional, que se queira instalar ali no Vale da Abelheira, então esse próprio empreendimento pode justificar que a via se faça logo. Portanto, esta maleabilidade de opções de programação é muito importante que se mantenham. Em resumo: apontamos, entre as propostas que fazemos, aquelas que nós consideramos mesmo importantes para que o projecto se conclua; fizemos as contas e somamos todas, a primeira, segunda e terceira, que dá um investimento municipal na ordem dos € 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de euros); já vimos que a capacidade municipal para investir nisto, até neste horizonte do Plano, são € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros); portanto, concluímos pela exequibilidade financeira do Plano, não obstante a sua própria ambição e a situação de dificuldade financeira que a Câmara atravessa e mesmo assim o Plano é exequível, mas, e termino com isso, isto é no pressuposto que a prática municipal passe a ser outra e que cada um passe a suportar o custo das suas infra-estruturas locais e que a Câmara seja capaz de dinamizar parcerias, ou seja, que hajam alterações significativas na prática urbanística. Muito obrigado pela vossa atenção. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito bem, muito obrigado Senhor Prof. Jorge Carvalho. Eu agora pedia ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores para ocuparem os seus lugares e íamos fazer uma ronda inicial pelos Partidos e depois então o Senhor Prof. Jorge Carvalho, ou a Câmara Municipal, dariam os esclarecimentos que fossem possíveis ser feitos, tendo em conta as questões que sejam colocadas. Eu ia distribuir por cada Partido Político um tempo máximo, ou então ia sugerir o seguinte: que pudessem usar da palavra entre dez a quinze minutos cada Partido Político, para nós podermos ser algo conclusivos relativamente a esta matéria, porque também percebo que é completamente impossível em dois ou três minutos fazer alguma questão séria relativamente a esta matéria. =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os seguintes pedidos de inscrição: Dra. Helena Terra, Arqt.º Jorge Rosa, Dr. Isidro Figueiredo e Dr. Vieira Dias.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS.* =====

===== *Muito obrigada, Senhor Presidente. Eu pedia que, para uma questão prévia, não me comessem já a contar o tempo, porque não é de intervenção. Antes de mais, quero cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, todos os Oliveirenses que se deram à maçada de estar presentes, mas não podia deixar de fazer um parêntesis para cumprimentar a Equipa Técnica que elaborou esta proposta do PU na pessoa do Senhor Prof. Jorge Carvalho e cumprimentá-los, para além do mais, por aquilo que é conhecida e notória competência técnica da Equipa que V. Exa. lidera. Queria começar por referir que vou fazer uma intervenção que tive o cuidado de escrever para tentar conseguir não me dispersar, que seria algo que com facilidade aconteceria depois daquilo que foi a exposição que nos foi feita pelo Prof. Jorge Carvalho. Portanto, vou cingir-me a uma intervenção que começa por ter uma introdução, depois farei a análise do Plano dividida em quatro vectores (o seu objecto, os seus pressupostos, as opções de política edificandi e as condições de exequibilidade do plano) e acabaria pela apresentação, neste momento, de onze propostas de alteração à proposta que nos é apresentada e que faço em nome da Bancada que lidero. Então, assim, começarei, Senhor Presidente. Muito obrigada. Um Plano de Urbanização tem por função definir a organização espacial de uma determinada parte do território municipal, que exija uma intervenção integrada de planeamento; nomeadamente a definição da rede viária estruturante, a localização de equipamentos de interesse público, estrutura ecológica, o sistema urbano de circulação e transportes, o estacionamento, etc.. Os Planos de Urbanização surgem em estreita articulação com os Planos Directores Municipais. Em Oliveira de Azeméis é, trezes anos, apenas treze anos depois da aprovação do PDM que surge a primeira proposta de Plano de Urbanização. É habitual dizer-se que mais vale tarde de que nunca; todavia há demoras e esperas que produzem irremediáveis erros que não podemos nem devemos ignorar. Hoje, a proposta de plano que estamos a analisar sofre de limitações e condicionantes que há treze anos não existiam e portanto, em alguma medida, não é um instrumento de planeamento do futuro, mas antes sim uma “sentença” de ratificação do passado; passado que, consoante os casos, é mais ou menos longínquo. Hoje, o Plano de Urbanização tem que se conformar e contornar erros urbanísticos que nenhuma borracha apaga e que o presente já contempla. Ainda sem entrar em detalhes, este não é, não pode ser, um excelente plano e tal e qual vem proposto ou com as alterações possíveis de introduzir é apenas um Plano sofrível que padece de muitos anos de falta de estratégia urbanística e de alguns atropelos ao bom senso sempre imprescindível, nesta como noutras questões. Apesar de tudo isto, diga-se em abono da “teoria do remedeio” que é melhor um plano sofrível que plano nenhum! Passemos pois para uma primeira abordagem ao Plano que ora nos é proposto. Este Plano tem por objecto territorial as freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, S. Roque, Ul e Macinhata da Seixa. Não se percebe porque é que não se integra neste mesmo objecto a freguesia de Madail. Alguns ao ouvir isto, pensarão que Madail não justificará a sua integração pela sua pequena dimensão, por um lado, e pela sua grande taxa de ocupação actual dos solos, por outro, mas, tal tentativa não colhe por três ordens de motivos: a) Este plano é um instrumento de planeamento do futuro e não uma fotografia do presente; b) Qualquer plano de estrutura ecológica não pode deixar de conter com toda a área de cidade e Madail é já, na prática, hoje área da cidade; c) Do ponto de vista da*

preservação do património, que faz parte da nossa identidade colectiva, além de uma obra de arte e uma quinta de valor arquitectónico que não é despiciendo, Madail é, por assim dizer “o varandim” com uma das melhores vistas sobre a cidade. Como já referimos, há realidades às quais este plano não pode fugir e, a primeira delas, que surge como um dos negros pressupostos deste plano, é o facto de 47% da população sedeadada nesta área, objecto do plano, não ter qualquer tipo de tratamento dos seus esgotos; isto era um constrangimento um bocadinho menos grave se não estivéssemos a falar da cidade e se não vivéssemos já no século XXI! No que toca às opções de política edificandi, há duas medidas que são de louvar. Por um lado, a redução significativa, até 2020, dos índices médios de construção até aqui possíveis pelo PDM. Por outro lado, a consagração de uma disposição que permite a edificação de edifícios industriais em banda. Qualquer uma destas novas opções nos remete para a questão prévia aqui suscitada – nos últimos treze anos foi excessiva a autorização construtiva em grande parte desta área, excessos cometidos com a cobertura legal de um PDM que, se é certo que o permitia, a tanto não obrigava. Nestes mesmos treze anos, a inexistência de Planos de Pormenor nas zonas industriais já existentes, permitiu que todos aqueles que prevaricando construírem edifícios que tenham utilização industrial até final de 2006, os possam agora legalizar ao abrigo do art.º 65.º do Regulamento proposto. Quem prevaricou é agora recuperado pelo sistema, quem não prevaricou saiu irremediavelmente deste concelho e localizou-se onde foi acolhido com a oferta de condições que aqui não conseguia nem indicando. Cumpre ainda salientar que as condições de exequibilidade deste Plano são hoje muito limitadas, motivo pelo qual este plano se pode transformar num simples plano virtual. São os próprios técnicos que o propõem a assumirem, desde logo, que metade dele não é exequível uma vez que projecta um investimento municipal na ordem dos quarenta e seis milhões de euros até 2020. Vaticinando, por isso, que a realização das obras prioritárias, na ordem dos vinte e dois milhões de euros já é satisfatória. Temos pois que, o próprio plano prevê, à partida, uma taxa de exequibilidade inferior a 50%. Muito, mesmo muito, não conseguirá sair do plano de boas intenções! Mesmo assim, uma análise mais cuidada, quer à proposta do plano, quer à realidade do Município que não podemos fingir ignorar, impelem-nos para expectativas de concretização ainda mais baixas; porquanto, por um lado, os custos associados a este plano estão manifestamente subavaliados; por outro lado, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está desprovida de uma bolsa de terrenos que, permitindo a permuta poderiam facilitar a concretização de alguns dos investimentos aqui previstos. Ora, sem ovos, não há forma de fazer omoletes!... Apesar de ainda se não ter iniciado o período de discussão pública de que este plano será objecto, a Bancada do PS, que aqui represento, quer já deixar algumas propostas concretas para reflexão de todos, políticos e técnicos. Com mais tempo e mais maturação de reflexão, certamente, outras surgirão; estas são as desde já foi possível equacionar e são onze, passo a expor: Propostas: 1) O Plano prevê um espaço destinado a Museu do Centro Vidreiro, no local das antigas instalações. Parece-nos melhor “descartar” esta opção, porque obrigaria à aquisição do espaço para o efeito e as condições financeiras da Autarquia, aliadas à baixa taxa de exequibilidade deste plano desaconselham-na, tanto mais que é possível a sua instalação no imóvel da Casa dos Mateiros depois de recuperada e ponderada a relação custos/ benefício a nível financeiro e não só, esta solução parece-nos preferível. 2) O Plano contempla uma excessiva pedonização de vias. A concretizar-se este plano tal qual, passaríamos dos oito para oitocentos em termos de espaços pedonais. Nós estamos neste momento a viver uma experiência de pedonização (a única!) que ainda não é de todo pacífica. Aprendamos com ela o suficiente para não multiplicarmos os erros. É óbvio que o peão deve ser preservado e potenciado o aumento do seu número, mas com claras condições e qualidade pedonal. Há zonas, aqui previstas como pedonais onde nos parece pacífico e mais razoável a convivência com o trânsito automóvel. 3) O nó rodoviário, junto à

*Abelheira parece-nos desajustado, porque duplica traçados sem qualquer justificação aparente, com aumentos relevantes de custos e sem um benefício compatível em termos de acessibilidades ao centro e impacto no volume e fluidez do tráfego. 4) O Plano parece-nos ainda muito limitado na possibilidade de expansão da cidade para sul. Até 2020, é necessário criar um “corredor” de crescimento da cidade nesta direcção porque é aí que existe maior disponibilidade espacial para o efeito e para além disso mobiliza-se um enorme potencial de desenvolvimento das freguesias a sul que bem precisam dele. 5) Incluir a Casa dos Monteiros, na Carta do Património que elenca um conjunto dos imóveis a recuperar, primeiro por uma questão de justiça e porque se não o incluirmos de pouco valerá a inclusão de outros que lá se elencam e cuja preservação ficará completamente descaracterizada sem este. Preservar património não é enclausurar imóveis, quais cogumelos em “guetos de betão!”. 6) Sob reserva de uma análise mais cuidada e ponderando premissas que agora foi possível analisar, parece-nos que a localização proposta para a ETAR - Sul não é mais aconselhável; tanto mais cujos terrenos onde é proposta a sua localização são demasiado pantanosos – o que faz prever riscos dificilmente controláveis. Cremos ser de repensar a sua localização avançando nós, em alternativa com a localização nas traseiras da Lactogal, onde, aliás, já existe uma mini - etar; é uma questão de equacionar se as cotas de terreno o permitem. 7) Localizar um novo cemitério na zona das Aldas, Macinhata da Seixa, não nos parece a melhor opção; em primeiro lugar pelas características geomorfológicas do terreno; em segundo lugar, porque hoje, a entrada mais nobre da cidade é a entrada sul e não se prevê que tal se venha a alterar a médio prazo, motivo pelo qual, convenhamos que, um cemitério não é propriamente o melhor “hall” de entrada para aquela que queremos ser a nossa sala de visitas – há pois que ponderar outras alternativas. 8) Este plano propõe um espaço destinado a zona comercial na actual zona industrial de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Ribai-Ul, junto ao actual Centro de Inspeções Automóvel. Parece-nos uma opção errada. Preferível nos parece que se criasse uma zona de descontinuidade construtiva, com uma zona verde que enquadrasse a linha de água aí existente e que, além do mais, pudesse minorar ou atenuar o impacto construtivo da construção, necessariamente, da grande volumetria já existente; mas mal por mal, a atribuir-se àquele espaço capacidade construtiva reserve-se o mesmo, a zona de expansão da zona industrial pois não nos podemos esquecer que algumas das unidades industriais já existente, até 2020, terão necessidade de adaptação competitiva pois que a balança do nosso mercado de exportações nos demonstra, já hoje, que Portugal só tem mercado para produtos com alto índice de valor acrescentado de carácter tecnológico. 9) No que toca a transportes, este plano aponta a previsão de duas gares de transportes; uma a sul e outra na zona da actual estação. A política de transportes tem que ser pensada de forma integrada e contemplando todas as possibilidades de transporte colectivo que o futuro próximo tem para nos oferecer. Está anunciada a criação de uma estação na zona de Albergaria para a ferrovia de alta velocidade (vulgo TGV) a criar no nosso País. Isto faz-nos pensar na utilidade e interesse futuro de reclamar junto da REFER uma nova utilização para aquilo que é hoje a velha linha do Vouga e que liga os Municípios de Albergaria, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Espinho. O TGV será, sem sombra de dúvida um grande motor de desenvolvimento que mais nos aproximará da Europa por onde, incontornavelmente passa o nosso presente e passará o nosso futuro. Com uma estação em Albergaria fará todo o sentido, adaptarmos aquilo que é o traçado de ferrovia já existente para uma linha de média velocidade de superfície e quem sabe, por via deste grande corredor de acessibilidade, depositarmos um “embrião” daquilo que podia vir a ser para as gerações futuras uma nova metrópole de vários Municípios – lembremo-nos de que a associação potencia a força e esta aumenta a capacidade reivindicativa. Pensamos que Oliveira de Azeméis deve ter o arrojo de propor esta solução! Pois bem, com os olhos neste futuro aqui equacionado faz todo o sentido pensar para a zona da actual estação uma gare inter-modal de*

transportes para onde possam convergir toda as possibilidades de transporte colectivo, e integrar um interface rodoviário que articule o transporte colectivo rodoviário com o transporte rodoviário urbano. Parece-nos que com uma estrutura deste género se alcançarão os objectivos propostos para a duração deste PU. Todavia, caso se pré-figura a necessidade de uma segunda gare de transportes, então achamos mais conveniente a sua localização na Zona Nordeste do PU por duas razões fundamentais: - é a nordeste que existe a maior concentração populacional do nosso concelho; - é também a nordeste que temos localizados alguns dos equipamentos públicos que possam justificar a necessidade de uma segunda gare de transportes (pense-se na G.N.R. no novo Centro de Saúde, no actual Hospital e naquele que continuará a ser o grande coração verde da cidade – o Parque de La-Salette). 10) É-nos proposta a localização do novo Mercado Municipal, nos terrenos em que está a rotunda da entrada da cidade para quem vem do IC2. A situação que aí existe hoje faz-nos, por um lado, adivinhar a dificuldade de, no curto espaço de tempo, transferir o mercado; por outro lado, com essa localização das duas uma, ou continuavam a construir um mercado a prazo (como o foi a reconstrução do actual mercado) ou então correríamos o risco de criar um enclave que criaria grandes constrangimentos naquela que tem que continuar a ser uma entrada para o coração da cidade. Daí, propormos que, em alternativa, ele se possa situar nos terrenos situados na margem da nova via da entrada nascente da cidade (fase II), nas traseiras do STAPPLES e que, em consequência sejam suprimidas as construções identificadas no plano com T16 e H3, nas imediações, por forma a possibilitar em toda essa zona, a expansão de uma zona verde que, entrecorte o impacto e volumetria de construção que aí se verifica – um chamado corredor verde entre a Av. D. Maria e a curva dos tanques. 11) A última proposta que aqui deixamos, nesta fase visa colmatar aquilo que, em nossa modesta opinião, é uma lacuna clara deste plano. Da análise conjunta de todas as propostas do PU, resulta com clareza um aumento e rejuvenescimento da população do perímetro urbano. Daquilo que é a análise da política geral do País em especial e da Europa em geral, resulta clara, também, a tendência do aumento da escolaridade obrigatória para os dezoito anos. Conjugados todos estes factores parece-nos óbvia a inclusão neste plano de mais uma escola do 2.º e 3.º ciclos; tanto mais quando a Carta Escolar do Concelho aponta para uma sobrelotação do nosso parque escolar. Por ora, o tempo escasseia, mas vai haver tempo para um estudo mais aturado destas propostas. Queremos deixar um último desafio e que tem a haver com a metodologia a seguir daqui por diante até à aprovação do plano. Para além da necessária discussão pública imposta por Lei, o Município deve promover um amplo debate para o qual mobilize os agentes políticos, os inúmeros e reputados técnicos de urbanismo que temos no nosso concelho, a Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis, a Associação Comercial de Oliveira de Azeméis e os agentes municipais da protecção civil; debate esse aberto a toda a comunidade Oliveirense. Da discussão nasce a luz e nenhum de nós se deve arvorar nesta matéria, em dono da verdade, nem acreditar na existência de verdades absolutas. Disse... =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Eu não vou ser extenso, apenas fazer algum comentário e algum pedido de esclarecimento acerca de algumas questões. Como já foi referido, o contexto em que este Plano está a ser feito não é o mesmo de há treze anos atrás com o PDM. As condições são outras, felizmente e ainda bem que hoje temos este Plano em mãos. Diria que, tal como a minha Colega que me antecedeu, mais vale tarde do que nunca, é verdade. De qualquer maneira, comentários: eu gostaria como Oliveirense, queria que a minha participação aqui nesta Assembleia não fosse

*a participação de um Técnico, mas a participação de um Oliveirense, a minha vontade era também que este Plano “não se concentrasse”, peço desculpa porque quem sou eu para chamar a atenção, mas que não se concentrasse tanto na zona norte da área de estudo deste Plano de Urbanização. Eu tenho pena que o Plano não preveja o crescimento para sul, não gostaria de ver algumas das propostas a tamponar essa hipótese de crescimento para sul de forma se calhar irremediável. A zona do vale do Antuã, acho que tem ou devia de ser mais valorizada no que diz respeito ao património natural e também paisagístico. Acho também, e gostaria também que pudesse acontecer a valorização de toda a zona ribeirinha do Antuã. Eu sou ambicioso, eu sou Oliveirense, e gostaria que isso acontecesse, desde o parque urbano proposto, o Parque de La-Salette, e a zona de Silvares, o ideal e aquilo que eu gostaria era de ter na minha cidade uma zona ribeirinha do Antuã disponível para todos os Oliveirenses desfrutarem de uma forma aprazível. Tenho consciência de que a implementação do Plano carece de meios económicos para que este aconteça e são as intervenções do foro imobiliário e outras que ajudarão essa implementação, mas apesar disso eu gostaria de ver mais a zona do espaço natural, que ainda podemos preservar em Oliveira de Azeméis, mais valorizada. No que diz respeito a algumas questões de pormenor, eu fazia só uma questão e uma chamada de atenção, que é a seguinte: no que se refere ao destaque de parcelas, a proposta deste plano refere uma propriedade com uma grande área de intervenção comparando com aquilo que acontecia anteriormente, acho que não estou a fazer confusão, aqui propomos dois hectares e anteriormente havia a obrigação de cinco mil metros, ou seja, meio hectare. Pergunto: se as duas situações são compatíveis, se é possível a implementação desta questão e o que é que acontece à outra situação que eu estou aqui a misturar, que não sei se são misturáveis? A forma de propor coisas para a nossa cidade e para o nosso meio urbano, também poderão dificultar aos Técnicos a análise dessas propostas, mas reconheço que apesar de discricionária ela também é positiva. Particularmente, no que diz respeito ao património edificado, eu gostaria que este plano, de alguma forma, esclarecesse melhor, “trilhasse” os investidores, no sentido de se ter efectivamente uma preservação desse património, património que não é particularmente o imóvel em si, mas como diz no plano os conjuntos de imóveis e a qualidade da paisagem urbana que nós ainda temos. Achava que a parte do Regulamento deveria condicionar ainda mais e obrigar a regras mais fáceis de serem entendidas por quem planeia e também por quem investe. Já referi a importância que eu gostaria que fosse dada à ligação do Parque de La-Salette com a Zona Ribeirinha, mas também alguns outros percursos pedonais que se calhar ficaram esquecidos, na minha opinião, e que deveriam, ou poderiam também ser valorizados, claro está que são questões de pormenor e poderei ajudar se alguém assim o quiser. Há uma pergunta que eu faço, mas se eu fosse Executivo e se fosse planeador, eu agiria desta forma, que é a seguinte: ao estarmos a cercar por baixo o limite de construção em toda esta área, poderemos de alguma forma estar a “espantar” os investidores dentro do nosso território. Eu faria assim, de qualquer forma, se calhar estamos a ser menos atractivos para esse mesmos investidores, que venham investidores de qualidade e que toda a comunidade Oliveirense participe activamente nesta última fase do processo e que a Equipa Técnica que está a trabalhar e o Executivo possam ouvir todas as achegas de todos os participantes, quanto mais não seja daqui para diante. Obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== Começava também por fazer uma saudação especial à Equipa Técnica que elaborou este Plano, chefiada pelo Prof. Jorge Carvalho. E, sublinhar um aspecto que me parece fundamental neste momento dizer, que é um Plano de Urbanização como aquele que aqui*

*foi apresentado, que naturalmente não é fruto de circunstância, é fruto de um trabalho demorado que tem em conta as realidades que nos identificam e que teve também, para além do conhecimento da realidade local, a intervenção de várias entidades que com certeza foram ouvidas e deram o seu contributo. Isto para dizer também que estamos numa fase de discussão de um Plano, que estamos na fase em que damos o nosso contributo do ponto de vista da intervenção pública enquanto interventores na área política, mas penso que seria fundamental, e é fundamental, que o contributo para este plano vá muito para além da intervenção política e vá, portanto, circunstanciar-se a todos os agentes locais, já que nós estamos a falar de um plano de intervenção de futuro e é de futuro que se trata de um instrumento de planificação que vai perdurar até o ano 2020 como aqui foi dito e apresentado. Sobre o Plano de Urbanização hoje aqui apresentado e sobre o ponto de vista mais específico, mais técnico, o meu Colega Jorge Rosa já aqui esmiuçou algumas questões e devo salientar também que do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, o Plano de Urbanização não pretende e não resolve com certeza todos os problemas, nem vence por si só todos os desafios que se colocam à cidade de Oliveira de Azeméis, aos seus habitantes, trabalhadores e empresários. No entanto, representa o modelo de desenvolvimento desejado para a cidade, em termos de estrutura urbana e viária, disponibilização dos espaços públicos e equipamentos colectivos, informando e planeando a gestão das infra-estruturas urbanas. Com este PU faz-se uma aposta no futuro e, por isso, a apresentação deste plano e a concretização da revisão do PDM, tal como dos planos de urbanização das zonas industriais, e até das freguesias, são instrumentos essenciais para o desenvolvimento do concelho. E eu centrar-me-ia nas questões que aqui foram suscitadas na apresentação deste plano, na questão das intervenções estratégicas e prioritárias do Município e referir que não se trata de uma intervenção pontual. Estamos pois a situar-nos num domínio de médio e longo alcance, com reflexos para o novo perímetro da cidade que se estende e se alarga um pouco mais, concretizando aquilo que é já, hoje, uma realidade. Para isso cingir-me-ei apenas à secção III do Regulamento (artigos 76.º a 78.º). E, neste aspecto, gostava que a Câmara Municipal prestasse alguns esclarecimentos, na medida em que estão aí previstas algumas intervenções e estão elencadas por uma determinada ordem. São referidas vinte e oito intervenções estratégicas e prioritárias começando na rede de água e de esgotos (1.ª), passando pela criação do pólo universitário (5.ª), melhoria das acessibilidades (vários itens), criação do centro intermodal de transportes (17.ª), Paços do Concelho (19.ª), ligação ao Hospital/ Parque de La-Salette (21.ª). A minha pergunta é esta: são estas as prioridades sequenciais como elencadas no art.º 77.º ou esta classificação aprese meramente arbitrária, não correspondendo propriamente a uma elencação de prioridades? No seu conteúdo global, e quanto a nós, este plano introduz maior racionalidade e transparência no processo de transformação da cidade, representando por isso um contributo significativo em termos de estabilidade e definição de prioridades e objectivos de desenvolvimento, fundamentais para quem pretende aqui fazer opções de investimento com maior segurança e investimento, portanto, é a maior riqueza do concelho de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====*

*===== Daquilo que eu sei, um plano não é uma linha recta absoluta, há muitas vezes adaptações com o crescimento e o envelhecimento do próprio plano. Naturalmente que o Plano merece a aprovação, genericamente e especificamente. Já tive oportunidade de o dizer ao Ex.mo Senhor Prof. que hoje fez a apresentação, bem como a colaboração ou às colaboradoras que teve na reunião que foi dada para os Líderes das Bancadas desta Assembleia Municipal. Chamo*

*contudo à baila uma frase que costumo a ouvir, de dizer que Oliveira de Azeméis teve um passado glorioso e vai ter de certeza um futuro brilhante. Na verdade, a nossa área de influência não fica simplesmente restrita neste plano a três freguesias, tem que ser mais. Como bem disse a minha Colega e Deputada da Nação, Senhora Dra. Helena Terra, Madail também tem que entrar, porque todos os olhos se deitam neste quadrado que é assim descrito na crónica que ouvi nas “Memórias Setecentistas do Concelho de Oliveira de Azeméis”. Já, e a propósito, eu quero lembrar que no inquérito em 1761, a Igreja de Oliveira de Azeméis, ou a Matriz de Oliveira de Azeméis, era a obra mais sumptuosa da Diocese do Porto. E mais ainda me enche de orgulho, saber que em 1641 existia já um Hospital na Rua de Oliveira, junto à Capela da Nossa Senhora do Amparo. Este passado que V. Exa. fala, e de que eu vos falo, tem que ser revitalizado. E revitalizar é precisamente na zona pedonal, é preciso dar a iniciativa e a possibilidade àqueles que têm casas com cariz arquitectónico próprio, para que continuem a existir, para que seja uma marca do tempo que não se pode perder. Aqui tem que haver uma conciliação entre o passado e o futuro, mas somos terra onde a iniciativa privada marcou sempre relevo. O princípio do século XX, entre 1914 até 1930, foram precisamente os Portugueses de Oliveira de Azeméis, ou muitos Oliveirenses, que no Brasil arranjaram os meios e as condições para fazer progredir a sede do concelho, como também fizeram as casas senhoriais que há espalhadas, quer no Pinheiro da Bemposta, quer em Cesar, quer noutros pontos. Mas a verdade é que estamos carenciados de muita coisa. Quando falamos em água e saneamento, estamos ainda carenciados, estamos atrasados, mas uma ETAR só, quero dizer que não nos beneficia, não é possível, porque nos esquecemos que somos um quadrado, como lá diz, voltado para dois rios e que temos terra para além destes dois rios, ou seja, para o lado nascente do Antuã ou poente do Rio Ul. Por outro lado, a zona industrial está junto a ribeiras, já drena naturalmente para o lado poente, mas a verdade é que Cidacos, a verdade é que Vilar, Porto de Carro e outros lugares drenam já para outro lado. E os mais aspectos mais gritantes de falta de saneamento e de tratamento é precisamente a nascente e não tanto a poente. Por outro lado, quando falamos na rede viária, há pouco V. Exa. falou no IC2, nós entendemos que é A32 mais o IC2, são pontos de referência, são sim, mas vamo-nos habituando ao constante aumento dos combustíveis, à mudança obrigatória e consciente que tem que haver das fontes de energia, à indisponibilidade pelo preço dos combustíveis fósseis, à necessidade de se continuar a investir noutro tipo de transportes, porque a economia do lado ocidental aparece, como sabem, bastante ameaçada. Então, é preciso pensar na linha do Vale do Vouga, na linha do Vale do Vouga que nos faça simplesmente o trabalho de metro de superfície. Lembro-me dele quando tinha três funções: a do transporte de passageiros, a de mercadorias e até a de correio. O sul do Vale do Vouga, parece desfear no intervalo que passa para o concelho de Albergaria e também para entrar naturalmente em contacto com aquilo que poderá ser um ponto de paragem do TGV, mas o TGV não é um transporte para toda a gente, o TGV é feito mais para o transporte internacional, não terá razão económica que justifique que seja o ponto obrigatório de chegada para ter um transporte mais rápido. Ninguém vai acreditar que com os meios da linha do norte que vão sendo progressivamente melhorados, que daqui a uns cinco anos do Porto a Lisboa são precisas menos de duas horas e ninguém irá, naturalmente, pensar que irá gastar seis vezes mais a buscar o TGV, que é no entanto altamente necessário. Isto falei-vos em relação à Linha do Vale do Vouga que deveria ser melhorada e tem que haver o inter-passe, isso é fundamental que o haja, como V. Exa, Senhor Presidente da Câmara, tem que insistir que é necessário que o transporte dentro da área metropolitana urbana da cidade tenha que ser alargada. Isto é necessário. Há quatro anos eu falei noutra legislatura municipal, na necessidade de aumentarmos a área metropolitana da cidade. Este Plano de Urbanização, só por isso já merece o meu respeito. Pediu-se que o fizéssemos, mas a verdade é esta: não é inovação, como não*

*tenho assim a memória tão fraca como pensam alguns, quero dizer que em 1972 ou 73 foi publicado no Jornal “O Primeiro de Janeiro” uma planta em que se propunha já uma cidade linear entre aqui e Vila da Feira, que é o que se passa. Mas também entendo que nesta altura só se está a pensar no Plano em relação a norte, talvez por que estejamos agora ligados cada vez mais à cidade do Porto. Quanto ao resto, em muitos assuntos, eu não me quero adiantar. Quero louvar as zonas verdes, com vegetação que nos é própria. Ontem, no passeio habitual do fim do dia, subi a Rua do Marco, Ul, e olhei para o meu lado direito e fiquei contente, porque junto ao Marco apareceram grandes quantidades de novos sobreiros, que oxalá que não os cortem da mesma maneira como mondam eucaliptos para outro fim. Não vou dizer mais nada. Um plano tem que ter sempre no futuro a intervenção do público, até para dizer da sua história, até para dizer das suas carências, até para dizer das suas opiniões. Agora, o plano permite-nos sonhar e eu quero sonhar convosco um futuro melhor para esta minha terra que é Oliveira de Azeméis. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Bom, eu não vou responder directamente às questões. Eu queria agradecer todas as intervenções feitas. A nossa ideia é se, efectivamente, a Equipa se quiser pronunciar já sobre alguma questão, pode pronunciar-se, se entender que as outras matérias precisam de estudo e precisam de se debruçar sobre isso, iremos com certeza dentro de casa debruçarmo-nos sobre isso. Queria deixar já aqui assim uma nota, que nós gostaríamos antes de passar à audiência pública, nós vamos com certeza pedir mais um esforço à Assembleia Municipal para fazermos um outro debate sobre o Plano, até porque com certeza estaremos mais preparados para as questões e para as propostas que foram levantadas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Prof. Jorge Carvalho, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu acho, Senhor Presidente, que algumas das propostas que aqui foram feitas têm que ser estudadas e eu acho que vale a pena serem estudadas. Eu, francamente, mesmo assim permito-me reagir a algumas. Eu penso que há uma que é importante, que é para onde é que está a ser proposta a consolidação da cidade, que é de facto para norte e não para sul, e pelo menos houveram duas intervenções que falaram nisso. Estender ou não a Madail, etc. e exactamente pensar como é que aquela baixa de Silvares, o papel que pode ter na cidade. Vamos lá ver, eu permito-me dizer uma coisa importante, porque às vezes os timings da discussão, há momentos importantes para tomar decisões e disse-vos que, de facto, nós em determinada altura propusemos à Câmara e que a Câmara, francamente agora não me recordo que envolvimento houve ou não com a Assembleia Municipal, quando no âmbito do PDM que agora não vou continuar, mas que chegou à formação de objectivos e de modelo de ordenamento nos apontou grandes caminhos a seguir. E foi exactamente nesse quadro que o assumir a cidade com esta dimensão foi já proposto, portanto estamos a falar já um ano antes. E eu posso recordar aqui porquê: um erro óbvio será continuarmos a construir para todo lado, digamos que nós olhamos para o concelho, fiquei muito agradavelmente surpreendido como vos disse, porque a estrutura ecológica está preservada, mas depois vemos que a edificação anda por aí, a habitacional, a industrial, etc.. Portanto, até houve coisas positivas. Temos um concelho dinâmico do ponto de vista económico, mas cuidado porque a determinada altura as exigências que se vão colocando, à própria indústria vão ser colocadas questões, portanto está na hora de não continuar esse caminho. Portanto, temos de fazer opções, sendo certo que, na*

*minha opinião e esse era o pressuposto inicial da Câmara que espero que mantenha, é que todo o concelho tem que ser ordenado, Madail também e todas as outras freguesias, qualquer delas, quer dizer há dinâmicas económicas importantes e em determinada altura nós percebemos que as dinâmicas fortes estão para norte, porque, de facto, a cidade com o seu potencial macro numa perspectiva mais alargada é mesmo esta de Oliveira, São João e Feira e na sua relação com a Área Metropolitana. Eu até sou professor em Aveiro e podia, não, as dinâmicas económicas fortes são para norte e esta cidade centrada, forte e dinâmica, com economia bastante desenvolvida está para norte. Portanto, nós já temos tantos espaços intercalares que nós temos que optar por um local para ser a cidade. Qual é a diferença entre a cidade e o resto? Não é que o resto deva ser menos ordenado do que a cidade, é que aqui nós devemos garantir a continuidade que faça deste território cidade, verdadeiramente só este bocadinho é que a gente pode falar de cidade, depois são sobretudo hiatos que constroem aqui e hiato acolá. Portanto, aqui era apostar na continuidade e relativamente a todas as generalidades das outras freguesias e aglomerados era apostar na sua contenção e estruturação interna também num quadro de qualidade, articuladamente com o próprio agrícola-florestal, etc.. E, portanto, parece-nos suficiente, reparem que o próprio Ul é um limite natural, portanto a entrada por sul e a baixa de Silves é um limite natural, portanto temos muito bem rematada a cidade, isto não significa nenhum desprezo relativamente a todos os outros aglomerado que ficam de fora, significa uma opção dizer assim “esta é que deve ser a minha cidade”. Esta na altura foi a nossa proposta, foi nesse sentido que trabalhamos, e eu confesso que, conhecendo hoje melhor o concelho do que na altura, continuo convencido que é a boa opção. Agora isto, insisto, não significa, de forma nenhuma, que os outros aglomerados não mereçam cuidados muito específicos, por exemplo, aquela lógica que viram ali de encontrar em cada uma centros locais, etc., estruturas internas, eu penso que é um bom caminho para todas elas, mas cada uma é a sua freguesia, tem a sua identidade, organizar-se em função de si própria, relacionar-se com a cidade evidentemente depois através de sistemas de mobilidade mais adequados. Portanto, esta é de facto uma questão de fundo. E a baixa de Silves, por exemplo, é um enorme potencial e por isso mesmo poderá ser uma excelente entrada na cidade. Aliás é nesse sentido que nós fazemos a proposta e por isso reservá-la. O pior de tudo é meter por ali umas habitações, peço desculpa quase dizia “nem que sejam habitações de luxo”, não é isso que traz nada à cidade, são equipamentos de grau superior, funções de grau superior, que a podem qualificar, uma habitação de luxo aqui ou acolá não traz nada de novo à cidade, não é disso que a cidade precisa. Agora também o que traz à cidade, é que todas as operações urbanísticas passem a ter qualidade, passem a ter espaço público na generalidade delas. Portanto, quando eu tenho “jóias da coroa” eu guardo-as, a habitação é o produto banal, as “jóias da coroa” não devem ser gastas na habitação, porque esse é o produto banal. Portanto, essa é um bocadinho da proposta que fazemos. Evidentemente que isto também se relaciona com a localização da ETAR. Eu penso que está aqui a Arqt.ª Maria Emília e ela responde melhor a isso do que eu, os estudos, os esgotos, aponta-nos naquela direcção e foi o input que nós aceitamos, em abstracto se ela pudesse ser um bocado mais afastada não era mau para a cidade, quer dizer, há que estudá-lo do ponto de vista técnico, a sugestão que me fez presumo que não seja possível do ponto de vista pura e simplesmente das cotas, mas há que estudá-la. Pronto, é uma coisa que vale a pena estudar e, sobretudo, a resposta deve ser dada por quem está especializado nesse domínio e tem que encontrar respostas claras nesse domínio. Coisas soltas, e foram muitas, foram onze da Senhora Deputada Helena Terra. Eu algumas acho que há que nos sentarmos, há que pensarmos nelas e há que encontrar esclarecimentos. Museu do Vidro, na perspectiva do plano é um bocadinho despiciendo que seja naquele ou noutro sítio, parece-me que pode ser outro sítio como pode ser aquele, é uma discussão a ter. Parece-me que não é uma das propostas*

*importantes, importante para ter que ser ali, e portanto ir buscar a memória parece-nos que sim e evidentemente que ali está a memória, mas depois podem haver outros argumentos que se colocam. O nó junto à Abelheira, por exemplo, em pormenor vale a pena sentarmo-nos. Se é o que eu percebi, as próprias características topográficas obrigam àquilo. Não é uma opção ter outro, é não pode deixar de ser sem aquela topografia, penso eu, em função das características do que já está feito. A Casa dos Monteiros, eu sobre essa não falo. Dei o meu parecer em tempos à Câmara, é um assunto que eu prefiro não falar mais, eu também acho que aquilo é património. O novo cemitério, aquilo não é o hall de entrada na cidade. Não é por ali que entra, mas também pode ser aquele sítio como pode ser outro e podemos discutir, não é uma coisa que me pareça que deva ser fechada. Aquela zona comercial junto ao espaço automóvel, pode ser aquela função ou outra, desde que não seja banal, ou seja, nós estamos ali a organizar a entrada na zona industrial, parecendo que talvez algum comércio nos animasse aquela zona, porque digamos que há alguma mistura naquela zona e depois tem acessibilidades muito fortes ao próprio IC2, pode ser aquela ou outra função. O verde já lá está com uma dimensão significativa, nós propomos uma abertura com uma dimensão suficiente para fazer exactamente a recepção, pode ser comércio ou outra coisa e eu diria desde que não seja banal, desde que não seja mais uma indústria, isso não acrescenta nada ali. O mercado municipal, é outra discussão que se pode ter. Há razões porque propusemos ali e, enfim, podem ser ponderadas outras. A própria escola que sugere, as nossas contas parecem que não mostram isso, nós fizemos contas com muito rigor, pusemos especialistas de demografia a fazer contas, a fazer projecções, mas podem-se reaver, podem-se considerar. Portanto, isto são tudo coisas que eu acho que devem ser pensadas e, Senhor Presidente, se calhar não só pensadas, fechadas pela Equipa, mas até perceber a razão de quem as propôs, o porquê e os esclarecimentos. Eu penso que isso pode ser um processo bastante útil. Sobre a questão dos transportes, eu confesso que esse é um domínio onde eu próprio me sinto insatisfeito com o plano, e vou explicar porquê: é que, na minha opinião, os transportes não podem ser pensados à escala da cidade e eu diria nem sequer do Município e, portanto, pressupõe uma actividade intermunicipal para encontrar soluções, as boas soluções. Agora, nós teríamos também que tomar aqui uma atitude, e a atitude foi de cautela, assumindo o óbvio. E o óbvio para nós é que primeiro, a linha, pelo menos para norte, é um potencial importante. Já agora um esclarecimento, o discurso relativamente aos transportes públicos é algo que por enquanto continua a ser isso mesmo, um discurso, mas se os problemas ambientais e os problemas energéticos se mantiverem vai ser uma inevitabilidade e, portanto, há que preservar os espaços para. E, portanto, sobretudo para norte, tem todo o sentido pensar que um dia temos um eléctrico de superfície, eu digo para norte porque é para norte que há cidade, porque é para norte que há cidade, para sul não há, e todos os estudos mostram que só tem sentido ter eléctrico de superfície quando eu tenho densidades altas, porque se não os transportes sendo em autocarros são muitíssimo melhores e mais baratos. Portanto, eu não acredito que a linha para sul alguma vez tenha potencial, mas mesmo assim deixar preservar, não a deixar estragar, mas não acredito no seu potencial, para norte acredito. Primeira questão. E, portanto, nós só não pensamos a linha como pensamos, não sei se eu não falei nisso na apresentação, mas propusemos inclusivamente estações do que poderia ser esse eléctrico rápido, já localizadas e tudo, porque elas são interfaces evidenciais e, portanto, são espaços que nós temos que acautelar. Se me perguntarem se eu acredito que é num horizonte próximo, eu não acredito, as dinâmicas ainda não estão por aí, cada um de nós é cada vez mais automobilista, mas que acredito que é para acção e, portanto, há que os defender e nós inclusivamente fomos às propostas das estações e relativamente a esta estação junto do centro, a nossa proposta é coincidente com o que disse, não sei se leu ou não, é exactamente igual. É o mesmo, é criar ali o inter-modal de transportes. A de sul, que diz desnecessária, para nós é uma*

atitude de cautela, porque se acontecer o que nós gostaríamos que acontecesse, é ter um metropolitano para norte. Metropolitano é uma palavra chique, um eléctrico rápido para norte, então aquele é um arranque e ainda por cima é ao pé do IC2, é o início onde pode arrancar, porque é o contacto do IC2, está ali muito próximo e é o arranque, portanto tem todo o sentido também reservar para isso, até porque a gente não precisa daquela área para mais nada. Reservá-la para o futuro, para poder ser isso, mesmo que não seja uma atitude de cautela que eu vos recomendaria que mantivessem. Já agora também um esclarecimento, que é mesmo esclarecimento, as vias que nós propomos pedonais, está escrito, a ideia não é que sejam exclusivamente pedonais, evidentemente que quando atravessarem a zona verde é para serem exclusivamente pedonais, mas todas as outras são vias que nós admitimos, e de modo geral até defendemos, que é para partilhar com o automóvel. O que estamos a dizer aqui é que o peão é importante. O significado da via pedonal não é dizer que é exclusivamente pedonal, algumas poderão ser exclusivamente pedonais, mas as vias exclusivamente pedonais têm de ser q.b., se forem muitas podem matar a cidade em termos de vivência. O que estamos a dizer é que ali, provavelmente, o peão deve ter primazia e primazia não significa exclusividade, mas isso está escrito, portanto é apenas um simples esclarecimento e penso que aqui também estaríamos de acordo. Agora outras coisas mais regulamentares. As prioridades, aquela lista não tem nenhuma intenção sequencial, uma por uma nós dissemos esta é a primeira, esta é a segunda, esta é a terceira, não fomos além disto, portanto o facto delas estarem listadas assim é apenas listá-las de norte para sul, aquela ordem não tem nenhuma hierarquia e aliás nós depois dizemo-lo quando fazemos ficha por ficha, ousamos chegar a dizer que esta é a primeira, a segunda ou a terceira, não mais do que isto, só três prioridades, e mesmo estas temos no regulamento a dizer que cuidado que estas prioridades podem e devem ir sendo repensadas ao longo do tempo em função das dinâmicas que devem acontecer, portanto, desse ponto de vista penso que também estamos sintonizados. Três pormenores relativamente ao regulamento, que de facto é uma peça muito importante para os agentes que actuam no terreno, mas que de facto para os Senhores Deputados, para as opções políticas, o relatório acaba por ser o que nos fala no plano como um todo, mas de qualquer forma foram abordados três pequenos pormenores que eu diria alguma coisa sobre eles. Relativamente à questão dos edifícios com valor patrimonial, havia, e eu penso que ainda há, não sei se está a continuar a acontecer ou se não, um trabalho a ser feito na Câmara pelo sector respectivo, a pensar edifício por edifício, a pensar regulamentos. Portanto, nós identificamos e o nosso próprio regulamento diz que isso agora deve ser objecto de um regulamento municipal com mais pormenor, portanto, indo ao encontro do Senhor Deputado, que é Arquitecto, que a ideia é que isso seja complementado por um Regulamento Municipal, porque, enfim não diria que cada caso é um caso porque aí estávamos no domínio do projecto, mas há possibilidade de chegar mais longe do ponto de vista regulamentar e, portanto, isso poderia ser feito já fora do plano, porque isso já significava um regulamento específico a entrar em determinados detalhes, portanto, pelo menos era a nossa ideia. Ainda bem que estamos de acordo com os índices baixos, mas já agora dizia-vos o seguinte: numa primeira leitura podemos pensar que os índices mais baixos tornam a actividade imobiliária menos produtiva, o que se calhar da actividade imobiliária propriamente dita é verdade, os terrenos valem mais quanto mais se puder construir, mas cuidado porque através do tal índice médio a gente está a nivelar. Mas o que é curioso é que nós verificamos que em função desta contenção do mercado, construiu-se muito em Oliveira de Azeméis, muito mesmo, quer dizer, nos anos noventa construiu-se o dobro dos fogos do que relativamente ao crescimento das famílias. E não é por acaso que estão muitos fogos vagos. E o que nós verificamos da parte dos vários agentes com quem fomos contactando, é exactamente porque houve este excesso, esta contenção e esta relativa crise que nem sequer se chega a falar de crise imobiliária, há uma

contenção, uma relativa crise, aparentemente o que se consegue vender são fogos de pequena dimensão, portanto, mesmo do ponto de vista da atractividade dos empreendimentos parece-me que esta atitude de contenção, além de poder ser um elemento de qualificação em termos de qualidade e de atracção de pessoas, porque não nos interessa que se construa muito, interessa que se construa bem e que isso atraia pessoas que se sintam numa qualidade ambiental, portanto, mesmo no ponto de vista imobiliário não me parece que neste contexto e horizonte do plano isso seja de facto um factor negativo. Por último, relativamente aos destaques, o Senhor Deputado referiu, identificando-se connosco, a importância destas zonas verdes e, nomeadamente, os rios que de alguma forma nos envolvem a população e que nos penetram nela em algumas circunstâncias. E há de facto muito esta intenção de as defender, de defender essas zonas. E quando nós começamos a ver as zonas que estão no plano e que nós queremos defender, chegamos à conclusão que estamos a propor um plano extremamente generoso do ponto de vista de zonas verdes. Por isso mesmo, dizemos nem pensar que todo este verde seja público, porquê? Porque não há dinheiro pura e simplesmente para o construir e para o tratar. As normas de planeamento, o centro de estudos de planeamento, recomendam que hajam vinte metros quadrados de verde por habitante. O verde público que nós propomos chega ao trinta e depois há todo um outro verde que nós propomos que se mantenha agrícola ou florestal, porque o enquadramento também é agradável e porque não há dinheiro para pagar este verde todo. Se começarmos a fazer o parque, estendendo por aí fora ao longo do Rio Antuã, eu diria, eu prefiro talvez ter verde no interior da cidade, servindo directamente as pessoas do que continuar a ter uns outros parques, nós já temos o Parque de La-Salette que é um parque de uma dimensão enorme. É evidente que poderíamos dizer “quanto mais verde melhor”, mas se calhar não é verdade, porque se o verde se for construído ou acabar por ficar ao abandono, nós não estamos, de facto, a qualificar, podemos estar a fazer o contrário. Eu prefiro espaços agrícola - florestais tratados do que propriamente um estender de verde para o qual não há capacidade, pode ser uma utopia impossível e então se calhar com consequências negativas. Eu não tenho a mínima dúvida de que o plano que propomos, aliás é olharem à volta e não está pintado, porque nós ali só pusemos o verde público. Exactamente por isso, porque nós entendemos que há umas zonas verdes públicas, mas há outras que se devem manter agrícolas florestais, nós entendemos que elas não devem ser rodeadas de construção. E então isso significa que nós devíamos de dar um sinal ao exterior, a não convidar as pessoas em dividir aquilo nos meios hectares que o parcelamento rural permite e depois começar a fazer uma casa em cada uma. Por isso nós dizemos que só as propriedades que estão já legalmente constituídas cada uma pode fazer uma casa e além dessas só propriedades em dois hectares, porquê? É dizer “não dividam” a propriedade mais, mantenham a quinta grandinha, porque ao manterem grandinha podem continuar a construir, se começam a dividir mais já não podem. Portanto, é um incentivo a manter o agrícola-florestal enquadrador da cidade, portanto é algo perfeitamente intencional que vai precisamente ao encontro do objectivo que formulou. Isto são primeiras observações, mas eu digo que muitas das outras exigem mesmo que a gente se sente e aprofunde. Só uma discordância total: eu acho que este é um excelente plano, porque provavelmente não entendo um plano da mesma maneira que a Senhora Deputada. Um plano bom é o que melhora o que eu tenho, nenhum plano substitui o passado. Nós temos que partir do existente e perante este existente eu diria que este é um excelente plano e inclusivamente não é verdade que a taxa de exequibilidade seja 50%, porque nós estamos a propor uma coisa onde cabem os tais dezasseis mil fogos. Se eu só vou ter nove mil, eu não preciso que tudo isto seja feito, são atitudes de cautela, primeiro porque já há muita construção dispersa e, por outro lado, porque eu preciso de ter exactamente para fazer funcionar o mercado uma oferta maior do que a que vai acontecer. Portanto, não é por aí que o plano é inexequível, o que eu diria é que o plano é muito

*difícilmente exequível só por uma razão: é que o plano é muito exigente relativamente aos reptos que põe a Câmara, para começar a funcionar a administração urbanística de outra maneira. Ele é exequível na sua totalidade, mas, de facto, as exigências que faz em termos de administração municipal essas é que são, de facto, muito exigentes. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Eu julgo que na sequência quer da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, quer da intervenção do Senhor Prof. Jorge Carvalho, dando nota de que voltaremos a discutir estas matérias e, portanto, agora depois de uma reflexão mais profunda, mais ponderada por parte dos Membros da Assembleia Municipal e atendendo a que está Público presente, eu pergunto se mais algum Membro da Assembleia Municipal quer fazer alguma questão, num período que tem que ser seguramente mais rápido do que a parte inicial. =====*

*===== Aberto novo período de inscrições, registou-se a inscrição do Senhor Helder Simões. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Muito boa tarde a todos, considerem-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Algumas questões que me foram surgindo, que fui tomando nota, sobre este Plano de Urbanização e que também vêm na senda daquelas propostas que foram feitas, são onze mas que poderão ser mais, umas de aproveitar outras nem tanto, até porque há muita informação e que está subjacente à elaboração das propostas e que nós desconhecemos. Só conhecemos a proposta final, não conhecemos os cálculos que levaram até elas, mas estamos certos que há ali propostas que são perfeitamente exequíveis, mas havia uma que eu gostava de colocar e eu não sei se esta será mais para o Senhor Presidente da Câmara, porque o Plano assenta muito na via da Estrada Regional 327 e eu não sei se nós hoje já sabemos se isto vai ser uma estrada com perfil de auto-estrada ou com perfil de variante, porque o que ali está é um perfil de variante e assim é que serve os interesses de Oliveira de Azeméis, porque permite os tais nós e ramificações para o resto, para a via de S. Roque, para o actual IC2 e para o tal Arco Norte ali de Santiago/ Cucujães. Se esta estrada não for uma variante e ser um perfil de auto-estrada o plano começa logo a assentar aqui numa base de difícil exequibilidade. Eu acho que faz todo o sentido que as Câmaras Municipais, nomeadamente Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Ovar defendam que isto seja uma via em perfil de variante, porque isso é que serve também a dinâmica regional. Depois, eu não sei se há a possibilidade de passarem ali aquelas imagens que eu queria mostrar e que estão em computador, isto vem de encontro ao que o Prof. Jorge Carvalho acabou de falar à bocado, que é no próprio relatório, página dez do relatório, um extracto que está ali assinalado com aquela setinha azul, identificada a Casa dos Monteiros, salvo erro, e, portanto, todas aquelas pintas a vermelho são os edifícios que supostamente o corpo técnico do PDM identificou como património a preservar e de grosso modo estamos de acordo, está ali a Casa dos Monteiros que fecha, digamos assim, o topo norte de um conjunto vasto de edifícios. E depois, aí sim, aqui se calhar já se nota uma intervenção não tão técnica mas mais política, passar ao slide seguinte, porque agora a Casa dos Monteiros agora não aparece identificada na planta do património do zonamento. Portanto, eu não sei se isto é um erro ou se é deliberadamente assim, se é o único imóvel do concelho que foi identificado numa primeira fase e que para a fase final, aliás isto é*

*uma incoerência porque no próprio relatório está a Casa dos Monteiros e depois na planta de zonamento já não está a Casa dos Monteiros. E, portanto, era uma questão, não sei se para os Técnicos ou para a Câmara em relação a isso. Depois, há aqui uma pequena gralha no plano, não é tanto no plano mas na intervenção estratégica e prioritária, quando a Dra. Helena Terra diz que o plano está subavaliado, nós também achamos claramente que está em termos de custo subavaliado, começa logo a estar subavaliado em € 500.000,00 (quinhentos mil euros), porque há um erro de soma de cálculo na intervenção estratégica prioritária número oito, portanto, há ali logo € 500.000,00 (quinhentos mil euros) de desfasamento, mas isso são questões de pormenor. Agora muito importante isto, eu acho que independentemente da data em que a Câmara Municipal quer que a discussão pública seja terminada, a Lei impõe prazos mínimos para a discussão pública, mas acho que não impõe prazos máximos, e se nós queremos preservar a essência do Plano de Urbanização, porque quando nós dizemos que é um plano sofrível é na perspectiva de nós conhecermos o que era a cidade de Oliveira de Azeméis há quinze anos atrás, sabermos o que é que era possível ser o plano, mas sabemos que para o Prof. Jorge Carvalho seja um plano bom, porque parte de um pressuposto que é 2006/2008, nós partimos de um pressuposto 1980-1990-2008, portanto é essa a perspectiva. Mas, se nós queremos preservar aquilo que o Plano de Urbanização que nos é proposto de grosso modo, há uma coisa que nós temos que fazer rapidamente, que é despoletar o processo de discussão pública já amanhã. Porquê? Porque isto é que vai permitir estancar uma corrida desenfreada à Divisão de Obras Particulares para licenciar com as regras de existem actualmente, porque as regras que se pretendem que venham a existir são bastante mais limitativas daquilo que é a possibilidade de construção. Portanto, se nós queremos a tal transparência, temos que desencadear este processo já, independentemente de só se querer terminar a discussão pública daqui a seis meses. Isso é a condição quase que indispensável para que o plano não possa sofrer desde já cortes e depois se querer licenciar ou fazer uma estrada e não se poder. Portanto, acho que é importantíssimo, Senhor Presidente, que se inicie a discussão pública independentemente de só querer ter o plano aprovado mais para o final do ano. Era só, obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações. =====*

*===== Bom, relativamente à questão da Estrada Regional 327, inicialmente era para ser portajada e com perfil de auto-estrada, ultimamente é para ser uma Estrada Regional, portanto, pensamos que não será portajada, quer será uma Estrada Regional. Relativamente à questão que colocou se há deficiências nas plantas, nós vamos analisar. Relativamente ao timing da abertura à consulta pública, a Arqt.ª Filomena podia dizer alguma coisa, porque nós temos uma legislação também a cumprir e temos que cumprir e fazer aquelas etapas todas até abirmos a discussão ao público. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Arqt.ª Filomena Farinhas, Responsável pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal. =====*

*===== Já não é uma consulta a entidades individualizadas, nós já não mandamos para as Estradas de Portugal, já não mandamos à CCDR, não mandamos às escolas. Nós fazemos um pedido de conferência de serviços e é a CCDR que promove essa reunião com todas essas entidades. Esse pedido já foi feito com base nos elementos que vocês também tiveram acesso e, portanto a CCDR dispõe até ao final do mês de Abril para promover essa conferência de*

*serviços. A seguir, todas as entidades que no âmbito da conferência de serviços se pronunciarem desfavoravelmente sobre um ou outro assunto da proposta de plano, isso fica registado em acta, e a Câmara Municipal tem vinte dias úteis para entrar em concertação com essas entidades, individualmente, portanto, já não é via CCDR. Isto quer dizer que no final do mês de Maio, portanto se a CCDR tem até ao final do mês de Abril para fazer a conferência de serviços, nós temos mais um mês para fechar o período de concertação com as entidades que eventualmente se possam ter pronunciado desfavoravelmente. Porque não a discussão pública antes? O que é que a Lei prevê? A Lei prevê que possa haver no âmbito de todas estas conversações com as entidades públicas acertos a fazer ao plano e, portanto, quando chega à segunda entidade a ser consultada, que são os Municípios, que é participação pública propriamente dita, o que nós estaríamos a fazer era a promover uma discussão pública sobre elementos que ainda vão ter correções sobre eles e que, portanto, poderemos estar a ter uma conversa em paralelo de surdos em que podemos estar a discutir uma solução, que por via de uma imposição de alguma Administração Central, tenha que ser obrigatoriamente revista ou reformulada. E o que é que acontece? Acontece que se depois de ter a conferência de serviços, a concertação com todas as entidades eu vou ter necessariamente que corrigir um ou outro aspecto, às vezes até questões mínimas de articulado normativo, uma expressão que uma entidade acha que não deve ser aquela, um valor que deveria ser corrigido. Quando eu abro, aí sim, o período de discussão pública propriamente dito e defendido na Lei, quando o público toma conhecimento com esse plano, já é o plano que tecnicamente é defensável quer pela Câmara Municipal, quer por todas as outras entidades, porque o público não tem a apetência para estar a ler as oitenta páginas do relatório, mais as oitenta páginas do relatório ambiental estratégico, mais todos os outros documentos escritos para além do regulamento. E, portanto, parece-me contraproducente que possa haver uma proposta que seja ao fim ao cabo motivo de discussão, que eventualmente possa ter pressupostos errados ou pressupostos menos claros. O que não quer dizer que o período de discussão pública se fique condicionado aos vinte e dois dias úteis que a Legislação prevê, esse é o mínimo, sendo certo que se tudo acontecer como está previsto o que acontece é que nós temos período de discussão pública a partir da segunda quinzena do mês de Junho, porque eu preciso de pelo menos duas semanas para publicar em Diário da República, mais a antecedência de cinco dias antes da discussão pública estar publica e, portanto, entre os meses de Junho e de Julho, em princípio, esse mínimo fica garantido. Depois, é uma opção municipal saber qual será o prazo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Eu tenho um pedido de trinta segundos para usar da palavra da Dra. Helena Terra, mas queria dar nota do seguinte, porque penso que também é importante para que fique clarificado: objectivamente o documento a partir do momento que é público, as pessoas já o conhecem, podem e estudá-lo e podem seguramente depois quando abrir o tal período definido pela legislação em vigor, podem já estar preparadas para poder fazer esse trabalho. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== É mesmo trinta segundos, é só porque eu penso que relativamente àquilo que foi a minha intervenção, eu não fui clara e ter-se-á gerado a dúvida na mente do Senhor Prof. Jorge Carvalho. Se me permite, eu então substituiria o termo *sófrível* por *possível*, porque este meu *sófrível* era um juízo de crítica política e não um juízo de crítica técnica, percebe? Portanto, eu*

*percebo que não pudesse incluir na proposta de plano que nos apresentou uma proposta de implosão e, portanto, entenda-se que este sofrível é um juízo de crítica política e jamais, quem sou eu, um juízo de crítica técnica. Era só o esclarecimento que eu queria deixar, muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Muito obrigado. Sendo certo que há sempre, temos todos que reconhecer, todos nós que somos políticos, e estão aqui técnicos. Os políticos têm sempre a mania que são técnicos e têm sempre a tentação de se meterem nas questões técnicas, mas isso eu acho que é da vida e vai continuar a ser e ninguém consegue parar essa questão. Nós estamos perante a discussão técnica de um documento, que está muito bem elaborado e que nós esperamos em útil puder vir a aprovar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Se não existir mais inscrições por parte dos Membros da Assembleia Municipal, eu perguntava se alguém do Público quer usar da palavra, sendo certo que tenho que avisar do seguinte: nós estamos numa Assembleia Municipal Temática e, portanto, as intervenções do Público destinam-se exclusivamente ao tema aqui em discussão e não a outro tema, tem a ver com o Plano de Urbanização. =====*

*=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Leonel Martins e José António Martins. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Prof. Leonel Martins, residente nesta cidade. =====*

*===== Boa noite a todos os presentes. Em relação a este projecto, eu tenho duas preocupações. A minha primeira preocupação é que quando chegasse à altura do debate público, as ideias já não contassem, ou seja, o plano já está elaborado, as pessoas nem têm tempo de ler lá aquelas bodegas todas, mas independentemente de ler as pessoas sentem a sua cidade, gostam da cidade e têm as suas próprias ideias, independentemente dos conhecimentos técnicos que tenham. O meu receio é que quando chegar à intervenção do público o cozinhado já esteja feito e, portanto, não passe de uma mera formalidade a consulta ao público. O meu problema é esse, a minha dúvida é essa, eu peço-vos que sinceramente tenham em atenção as sugestões do público. Eu tenho algumas sugestões e não me importo de as guardar para o dia em que vai haver o debate público, não preciso de estar agora a descrevê-las todas, desde que me garantam que estão disponíveis para ouvir, agora se me dizem que “é um mero formalismo” então eu aproveito para dizer as minhas sugestões neste momento. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====*

*===== Eu enquanto Presidente da Assembleia Municipal, aquilo que lhe posso dizer é que o Prof. Leonel Martins, enquanto cidadão, se me fizer chegar propostas relativamente a esta*

*matéria, eu vou encaminhá-las para quem de direito: para a Câmara Municipal e para a Equipa Responsável. =====*

*===== O Prof. Leonel Martins continuou a sua intervenção: =====*

*===== Então não vou perder tempo. A segunda questão é esta: é o exequível do plano, mas é nestes termos: dá-me a impressão que há uma perspectiva do plano por parte do Senhor e depois há uma outra perspectiva do plano por parte da Câmara. Dá-me a impressão de que há duas perspectivas do plano e vou dar um exemplo concreto, que é a questão da Casa dos Monteiros. Deu-me a impressão que o Senhor considera a Casa dos Monteiros a fazer parte do património municipal e que por tal facto deve ser preservada; curiosamente, a atitude da Câmara é diferente, ou seja, defende que o prédio deve ser derrubado. Inclusivamente eu recorde-me, aliás foi a última entrevista que o Senhor deu à Voz de Azeméis, em que lhe interrogaram sobre o que é que iria acontecer ao prédio dos Monteiros e o Senhor Presidente da Câmara deu entender que ele ia ser derrubado. Aliás, o Senhor Presidente agora, isto são técnicas dos políticos, consegui dar a volta, porque aqui o Senhor do PS questionou muito directamente em relação a um ponto, que foi o mapa anterior incluía a Casa dos Monteiros como fazendo parte do bem patrimonial a preservar, aqui assim já não aparece e perguntou-lhe directamente, então como é, é ou não é? E o Senhor Presidente deu a volta e disse “os técnicos... depois vamos ver”. Senhor Presidente, agora se me permite eu faço-lhe a pergunta olhos nos olhos, qual é o mapa que vale? É este aqui assim, onde a Casa dos Monteiros não aparece como fazendo parte do património municipal a preservar ou o mapa anterior? É para preservar? Posso confiar na sua palavra? Pronto, vou satisfeito embora. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José António Martins. =====*

*===== Boa noite a todos. O que me fez vir cá foi a sua intervenção e a sua “política pura” no sábado, só que me enganou, aquilo que você tinha dito em antena é que todo o povo Oliveirense, todo o cidadão tinha o direito de vir cá reclamar, manifestar-se, dar sugestões. ==*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção e interveio da seguinte forma: =====*

*===== Então para lhe dizer o seguinte: o Senhor tem cinco minutos para falar na Assembleia Municipal, tal como eu disse sobre o tema que aqui foi falado. Como sabe hoje é uma Assembleia Municipal Temática, tem um tema próprio e sobre o Plano de Urbanização o Senhor pode falar, fazer as críticas, fazer as sugestões, aquilo que quiser durante cinco minutos.*

*===== O Senhor José António Martins continuou a sua intervenção: =====*

*===== Mas não foi aquilo que eu entendi quando você interveio no programa. No entanto, aquilo que eu quero chamar à atenção é que o “MaisAlertajornal” há cerca de três semanas, o Senhor Paulo Oliveira também já se está a rir, evocou várias questões sobre os terrenos, que todos sabem, onde se está a construir o STAPPLES, e outras coisas que realmente vão acontecer, porque vai abrir-se uma estrada, vão aparecer outras rotundas e aquilo que me responderam, e que fiquei impressionado porque isso também foi publicado, é que tudo o que*

*tinha a ver com os terrenos já estava tudo dito, quer dizer não é bem assim, porque eu tenho informações que são de extrema importância e que ainda vão dar muito para escrever, em relação a esses mesmos terrenos. Portanto, aquilo que eu queria também alertar ao Senhor Presidente e ao Executivo, é que devem ter um pouco mais de cuidado da maneira como tratam com os meios de comunicação, não é dizer que já foi tudo dito, nós apresentamos ou recebemos assim um email meio desequilibrado e depois ficam chateados de nós mencionarmos na notícia sem comentários. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a intervenção e interveio da seguinte forma: =====*

*===== Qual é que é a sua pergunta relativamente ao Plano de Urbanização? =====*

*===== O Senhor José António Martins continuou a sua intervenção: =====*

*===== Senhor Presidente, eu não tenho nenhuma pergunta, porque as sugestões eu vou apresentá-las, porque podem também depois não serem aceites perante os técnicos, porque eu também não sou técnico. De qualquer maneira, agradeço este tempo e até uma próxima oportunidade. =====*

*===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====*

*===== Estamos em condições de poder terminar a Assembleia Municipal com o compromisso assumido aqui pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e também a equipa responsável por esta matéria, que voltaremos a discutir e eu julgo que estas discussões são bastante sérias e interessantes, pena é que as pessoas não aproveitem estas oportunidades para falar daquilo que realmente interessa, que é o Plano de Urbanização da cidade, mas como é evidente a nossa função é ouvir, e é para isso que cá estamos, para depois podermos decidir em consciência. Um agradecimento muito especial à equipa que coordenou e coordena este trabalho e pedir desculpa se alguma coisa foi dita fora do contexto, mas são as questões que são contingências da realização de uma Assembleia Municipal. Portanto, um agradecimento muito especial a todos. Boa noite aos Membros da Assembleia Municipal e ao estimado Público que esteve aqui desde o início. Muito obrigado. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 20h e 10m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*